

distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (AGAMBEN, 2009, p.58 - 59).

Lembro-me de Vik Muniz quando, ao falar a respeito do processo de criação de suas obras, recorre ao escritor inglês, Oscar Wilde, que afirma que *o mistério do mundo é o visível; não o invisível*. E fortalecido por Wilde, Vik assegura que seu grande interesse tem sido não somente vivenciar aproximações e diálogos com a poeira que vive ao nosso lado de maneira despercebida, mas ser por ela perfurado de forma que, a partir desta aproximação, possa aprender a vislumbrar outros significados para esta poeira e para si.

Vik Muniz me faz pensar a respeito da arte ser – ou não – uma experiência revolucionária, quando cita a importância da cópia em sua obra artística, “não somente por seu sentimento de eterna gratidão pelos artistas que o antecederam, como também, devido à sua forte crença de um modelo de criatividade não revolucionário”. Em entrevista,⁴⁰ ele lembra que não há nada mais antigo nas experiências com as artes plásticas do que a experimentação de materiais os mais cotidianos e banais, tais como cera de ouvido e café. E declara que o seu trabalho não apresenta nada de novo, como a mídia insiste em afirmar quando dá grifos ao uso que ele faz de tipos de materiais inusitados.

No entanto, há algo nas obras de Vik Muniz que convoca os mais diversos tipos de público a **se aproximar** de suas obras. E esta é uma palavra cara para este artista que, com sua obra, busca perceber o visível invisibilizado que mora ao nosso lado, como um exercício para se aproximar do contexto no qual a poeira social se encontra.

Instigada por Agamben e por Vik Muniz, reafirmo a minha crença de que, longe da poeira é impossível saber quem somos. Inspirada nas poeiras que somos e nas poeiras que insistimos em não enxergar, pergunto:

⁴⁰ Entrevista realizada no programa *Jô Soares Onze e Meia*. Rede Globo de Televisão, 2009.

De que maneira a arte pode ajudar as novas subjetividades – ou aquelas que mesmo não sendo tão novas são despercebidas, porque invisibilizadas –, no ensejo de que tais subjetividades sejam nomeadas não como sombras e poeiras, mas como realidades que se pronunciam exercendo o seu direito de vez e voz?

Voltando ao convite para Muniz realizar uma obra de arte para a Bienal de São Paulo, no ano de 2007, retomo o momento no qual ele estava num avião com destino ao Brasil e leu em um jornal paulistano que “aproximadamente cinco mil crianças viviam nas ruas da cidade. Cerca de trinta por cento delas estavam infectada pelo HIV, e a tendência era esta taxa elevar-se a cada ano”.

Já no Brasil, com uma máquina fotográfica em punho, Vik procurava nas ruas de São Paulo a realidade mencionada no artigo, mas, estranhamente os índices apresentados pelo jornalista não eram visíveis aos olhos.

Enquanto eu rodava de carro pelas ruas, principalmente de noite, meus olhos iam aos poucos acostumando-se com a paisagem fuliginosa, e vários espectros sórdidos começavam a emergir das sombras. Eu passava, então, a enxergá-los. Eram centenas deles revirando latas de lixo, dormindo sob as marquises, pedindo dinheiro para comprar droga nos cruzamentos. Nada tinham em comum com meus amiguinhos caribenhos: faltava-lhes brilho e estavam mimeticamente adaptados a seu meio. Tinham a mesma cor poluída da cidade. Usavam isso como uma espécie de camuflagem contra os grupos de extermínio e outros predadores, porém esta invisibilidade servia também àqueles que não queriam ter que lidar com a miséria (MUNIZ, 2007, p.64).

O que faz com que meninos e meninas que sobrevivem numa corda bamba, constantemente tensionada, possam vir a permitir-se o risco de um contato desarmado se, na disputa radical da rua como espaço, até mesmo o seu igual pode vir a ser uma ameaça fatal? Este é um desafio que exige sensibilidade e entrega. Quando se deseja chegar junto ao outro sujeito e à outra realidade de forma honesta, isto é, atentos à demanda deste outro, é preciso que as questões exaladas destes outros sujeitos e contextos sejam percebidas. Tais demandas, muitas das vezes nos solicitam práticas dialógicas de tato e contrato.

Ainda que não estejamos falando de regras táticas, este envolvimento entre

realidades que exigem um contrato de comprometimento com o encontro não pode se dar de forma unilateral. Neste contato, lateja uma misteriosa potência de desarmamento que quando acionada, é capaz de abarcar e afetar aqueles que estando em posição de guerra, ainda trazem em si – mesmo que escondidos pelos desusos que lhes são impostos – a doçura, o desejo de compartilhar experiências, bem como, a ludicidade que brinca de sonhar. Mas tais encontros magnetizam tanto aqueles que estão em assumida posição bélica, quanto os que não se sabem defendidos e, ainda assim, se desarmam, porque esta talvez seja uma demanda universal: nos desarmarmos para que seja possível amar.

Uma das preciosas características do artista Vik Muniz é unir ao seu talento plástico a coragem movida pela necessidade real de interagir com o mundo na sua surpreendente diversidade, sabendo que é justamente nas ínfimas existências, que latejam vozes e experiências capazes de ampliar óticas e fortalecer éticas dialógicas.

A partir da experiência com os meninos e meninas das ruas paulistanas ficou clara a sua decisão em relação a qual material utilizar para a construção dos retratos. O lixo urbano varrido das ruas da quarta-feira de cinzas daquela cidade seria a matéria prima utilizada na construção das composições da série chamada *Ulterior*.



Angélica. Série *Ulterior* (ou *O depois*), 1998 – 183 x 122 cm⁴¹

A valorização do sujeito que participa dos seus trabalhos e o questionamento sobre o distanciamento dos museus e seus curadores em relação ao universo que é representado por estes espaços que se entendem como mediadores de cultura e arte

⁴¹ Imagem escaneada do Catálogo da Exposição Vik, 2009, p.56.

são questões que aparecem algumas vezes nos depoimentos do artista. Também a sua preocupação com o retorno financeiro que de alguma maneira possa ajudar a transformar a realidade das pessoas representadas em suas obras de artes é uma questão que, a partir da obra *Meninos de Açúcar*, vai impulsionando o artista Vik a relacionar o seu fazer artístico com a ação social.

A relação com aqueles jovens de São Paulo foi mais um passo para algo que seria radicalizado, anos depois, com as obras da série *Imagens de lixo*.

Para Vik Muniz a transformação é a grande vocação da arte. Tão logo chegou a Nova York no início da década de 1980, Vik passou a frequentar os museus como observador. Um de seus grandes interesses era – e continua sendo – perceber como o público se coloca diante do espaço e da obra de arte. Em uma de suas entrevistas,⁴² Vik destaca o quanto ficava intrigado com o movimento de corpo do público diante de uma obra exposta. Num movimento pendular, os observadores movimentam o corpo para se aproximar e se afastar da obra e, muitas das vezes, ultrapassam o limite imposto pelo espaço que, por meio de uma faixa fixada no chão, delimita a fronteira do corpo a corpo entre espectador e obra de arte.

Pensar a respeito do que motiva esta necessidade do observador se aproximar e se afastar da obra em um movimento repetitivo, como se o sujeito fosse um pêndulo, provocou a intensificação de um processo reflexivo que veio a afirmar para Vik aquilo que ele acredita ser a vocação da arte: a transformação. E é justamente este o objetivo que o motiva a realizar uma ação social com a criação de uma obra de arte sua: a possibilidade de transformar, de alguma maneira, o espaço e as pessoas envolvidas num trabalho artístico a ser realizado coletivamente.

Mas o que Vik Muniz não imaginava – segundo ele próprio afirma no documentário *Lixo Extraordinário* –, é que ao escolher como *locus* para trabalhar um ambiente onde a realidade social era estabelecida de forma radicalmente desumana, seria justamente o caráter humano desta realidade que transformaria a sua percepção da realidade do Aterro Sanitário.

O olhar deste brasileiro, artista naquele momento já consagrado

⁴² Entrevista realizada no programa *Jô Soares Onze e Meia*. Rede Globo de Televisão, 2009.

internacionalmente, foi também modificado com a experiência vivenciada no Aterro Sanitário do Jardim Gramacho – Rj. Naquele contexto, entre lixo, urubus, putrefação... o que estava em jogo não era unicamente ajudar o outro que se encontrava numa precariedade de vida e abandono desumanos, mas principalmente, relacionar-se com este outro, nos seus múltiplos fios de forças e fragilidades, feiuras e extremas belezas.

O convívio de Vik Muniz com catadores de lixo do Aterro Sanitário do Jardim Gramacho me levou de volta ao relato sobre a ilha de St. Kitts, instigando em mim algumas perguntas:

De onde vem a doçura daquelas crianças caribenhas? Para onde vai a doçura das crianças da ilha de St. Kitts? O que faz com que as experiências de trabalho no lixão de Gramacho, que tanto diferem das 16 horas da labuta diária nos canaviais do Caribe, não roubem o orgulho pelo trabalho e o sorriso nos corpos que, em meio a lágrimas e exaustões se reafirmam, exalando cansaço amalgamado a forças amorosas?

A criação do projeto que integra de forma radical a arte com a ação social, foi iniciado no ano de 2007 com a escolha do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, localizado em Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de que, Vik alí construísse as obras da série *Imagens de Lixo*. A decisão de realizar a criação de obras artísticas que envolvessem pessoas que trabalhavam como catadores de lixo, fez com que o projeto fosse ampliado com a construção de um documentário produzido a partir do registro cinematográfico de todo o processo de criação das obras de arte da série *Imagens de Lixo*.

O documentário *Lixo Extraordinário*, resultante deste registro que aconteceu entre 2007 e 2009, não deixou de valorizar as relações tecidas entre o artista plástico Vik Muniz e a equipe envolvida nesta experiência na qual os catadores de Jardim Gramacho faziam parte.

“Quando falamos de transformação, esta é a maneira de a arte transformar material em ideia. Só preciso do material. E tenho que ir em busca de uma imagem.”⁴³ Ainda que Vik soubesse que a imagem da série viria das múltiplas relações vivenciadas

⁴³ Documentário *Lixo extraordinário*. Transcrição de depoimento registrado nos EUA, antes do artista Vik Muniz conhecer o Aterro Jardim Gramacho.

naquele contexto do lixão, a experiência no Aterro modificou sua maneira inicial de pensar a sua relação com este trabalho e com os sujeitos envolvidos.

Desde o início da proposta, Vik enfatizava sua intenção de convidar os trabalhadores do Aterro que viessem a ser retratados por ele, para que integrassem a equipe do projeto. A construção de uma obra de arte, que tem em seu processo de feitura a questão da monumentalidade na dimensão física/espacial, requer um grupo de pessoas envolvidas, o que facilitaria a viabilização da participação dos Catadores na construção das obras de arte desta nova série.

Ainda em 2007, Vik, seu companheiro de trabalho – Fábio – e, a equipe cinematográfica que registrava as experiências para a construção do documentário *Lixo Extraordinário*, vem para o Brasil conhecer o Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias-RJ.

Ao redor do Aterro havia muita aridez no espaço, bem como eram diversas as indústrias de reciclagem. Todos que habitavam ou transitavam naquela geografia dependiam do lixo. Eram muitos os terrenos repletos de lixo e inúmeras pessoas o carregavam. Do próprio Aterro, a primeira imagem era a de uma montanha de lixo. Estas foram algumas observações feitas por Fábio Ghivelder, quando, ainda dentro do carro, ele e Vik chegavam ao local pela primeira vez: - *Parece a terra do lixo!*

Assim que saltaram do carro, foram recebidos por Lúcio, administrador do Aterro, e foi ele quem contou que o Jardim Gramacho era o maior Aterro Sanitário do mundo em volume de lixo recebido diariamente. Em meio ao grande caos aparente, uma imensa organização movimentava o trabalho dos 2.500 catadores que sustentavam suas famílias com a labuta diária naquele lugar.

Centenas de urubus não somente sobrevoavam a montanha, como também se punham parados como se esperassem algo... ou caminhavam com seus pés diminutos, dando grifo à sua abutre vocação, enquanto se deslocavam entre lixo e trabalhadores.

Naquele aterro sanitário, 100 % do lixo de Duque de Caxias e de quatro municípios do estado do Rio de Janeiro se encontravam com 70% do lixo produzido pelo município do Rio de Janeiro. O Aterro Sanitário de Jardim Gramacho era uma cidade de lixo que correspondia em área a um município com 400 mil habitantes. Os

catadores desenvolvem um trabalho muito importante para a redução do lixo urbano e, no caso do Aterro de Gramacho, o lixo era ali mesmo selecionado por eles e entregue pela Associação às indústrias de reciclagem.

Os registros do documentário *Lixo Extraordinário* chamam a atenção para o fato de que os catadores têm suas inclinações por determinados materiais. São eles – os catadores e as preferências – os organizadores do caos. O ato de catar é realizado de acordo com prioridades que sempre buscam corresponder às demandas das indústrias que solicitam tipos de materiais específicos. É comum as mulheres optarem por plásticos recicláveis, garrafas de refrigerantes, plásticos descartáveis... por serem mais leves.

Mas são diversas as questões motivadoras das escolhas que resultam no tipo de lixo a ser encontrado e reciclado. Algumas dessas ações que envolvem o ato de selecionar, também são dinamizadas por sonhos e estes vão movendo construções, como é o caso de Zumbi, um catador apaixonado por livros. Ele contou – enquanto se apresentava para Vik Muniz – que sua função no lixão era catar arquivo: - *Livros. Nós temos milhares, porque toda hora cai livro no Aterro.*⁴⁴ Seu projeto era fazer uma biblioteca comunitária. Leitor apaixonado, este catador de arquivos compartilha os achados e as leituras com Tião, – presidente e membro fundador da Associação de Catadores –, e pessoa com quem Zumbi sempre dialoga.

Já em seu primeiro encontro com Sebastião, Vik apresentou para Tião a sua proposta de trabalho de maneira bastante clara e direta, destacando para o presidente da Associação de Catadores seu desejo de envolver os próprios Catadores num trabalho no qual eles seriam os protagonistas das imagens retratadas. Também falou da sua vontade de que o retorno financeiro oriundo das vendas das obras de arte que seriam ali produzidas deveria ser destinado à Associação (ou para alguma instituição do gênero). Vik Muniz e sua equipe conviveram em meio ao lixão conversando com os catadores, conhecendo suas maneiras, histórias e demandas. E foi destas experiências que as imagens foram chegando não somente na perspectiva de definir quem seria

⁴⁴ Depoimento transcrito do documentário *Lixo Extraordinário*.

retratado e de que maneira, mas também estando atento às práticas de trabalho que viessem a valorizar a construção coletiva das obras de arte e a integração da equipe.

DE PERSONAGENS A SUJEITOS DO FAZER-PENSAR-CRIAR E DO DIALOGAR:

Num instante, histórias de vida indicavam a demanda de um determinado objeto vir a ser encontrado para melhor registrar a imagem do fazer-viver de algum catador. Noutro momento, era o objeto encontrado em meio ao lixão que puxava histórias, convidando imagens a se fazerem presentes, como bem fazia Tião na sua constante brincadeira de ficcionalizar a realidade, narrando histórias que viviam coladas em cada objeto encontrado no lixo... Mas as imagens que dali surgiam também desdobravam relações e expandiam territórios, como tão bem nos mostra a Suelem, quando o registro cinematográfico compartilha o abraço aguardado dos pequenos filhos que correm para a mãe que chega do trabalho... imagem que reaparece no retrato da série *Imagens de Lixo*, quando esta força madona, tão brasileira, nos convida a pensar a respeito do título desta série artística, criada com seis retratos de Catadores do Aterro Sanitário Jardim Gramacho.

Vik foi fotografando cada catador, de forma que as imagens selecionadas representassem de alguma maneira a lida exercida por cada um deles.

Enquanto no próprio Aterro Sanitário os catadores faziam do caos organização, família, labuta, força, solidão e comunhão, Vik Muniz buscava meios para valorizar suas histórias e fazeres, ao mesmo tempo em que se alimentava da força daquelas pessoas sábias de leveza e de doçura.

As fotos realizadas eram um meio de valorizar os materiais que cada catador ia encontrando no lixo... Mas em alguns momentos, o próprio Vik Muniz escolheu alguns objetos que ele percebeu em meio ao lixo por ver que tais materiais dialogavam com histórias de vida narradas pelos catadores no dia-a-dia do Aterro. Para que a sucata fosse selecionada em meio ao lixão, Vik foi seguindo a mesma metodologia que movia a logística daquele lugar, valorizando práticas locais que muito se aproximavam da

maneira do artista trabalhar a construção de suas obras de arte. Aquilo que seria coletado no Aterro para a construção da série *Imagens do Lixo* foi encomendado a partir de classificações que visavam melhor atender às demandas do fazer artístico.

Ao destacar a importância da cor, transparência, opacidade e tamanho de cada coisa a ser coletada, saberes eram compartilhados com os catadores, bem como eram também explicitados conceitos sobre arte, arte contemporânea, museu e, algumas questões que na ótica de Vik Muniz envolvem o olhar do artista que cria a obra de arte e a percepção do espectador que dialoga com ela, recriando-a. Era necessário dialogar a respeito da singularidade de cada tipo de material coletado e falar sobre o efeito que cada espécie de objeto selecionado oferecia à composição das imagens. Esses encontros eram importantes para que os catadores viessem a assumir o tão conhecido gesto de catar sucata como um ato que, naquele novo contexto, passava a requerer dos catadores uma outra sensibilidade e envolvimento criador com o seu fazer.

O processo envolver a compreensão de que as obras de arte desta série se originam de fotografias, que são ampliadas por meio de uma composição feita com sucata. Esta imagem realizada em dimensão gigantesca é fotografada e, a foto originada do registro daquela imensa composição feita com sucata é impressa em dimensão reduzida – em relação à dimensão da imensa composição feita com lixo selecionado. Isto tudo faz parte de um processo complexo que exige diversos diálogos entre o fazer, o refletir, o selecionar, o avaliar e o refazer. Todas estas questões – e outras – representavam motivos para que Vik Muniz se reunisse com os catadores, dialogando a respeito do fazer artístico que tanto exige dos artistas uma intimidade com a artesanaria da construção.

Um estúdio localizado não muito distante do Aterro Sanitário – Vik Muniz se reunia com a equipe – e iam sendo construídas as obras da série *Imagens de Lixo*. Cada fotografia tirada no lixão, já selecionada para a construção dos retratos dos catadores, era projetada no chão, em escala bastante ampliada.

Por cima da projeção da fotografia, Vik e os catadores trabalhavam com os materiais coletados, formando a imagem sugerida no retrato fotográfico. Em outros

momentos, Vik se colocava a diversos metros de altura tendo uma visão da composição que se formava sobre o chão. Enquanto isso os próprios catadores iam compondo a imagem, seguindo suas próprias intuições ou escutando as indicações de Vik, que com uma ferramenta disparava um laser para, com o auxílio de um megafone, orientar os assistentes a respeito do tipo dos materiais a serem usados para a construção de cada detalhe da imagem. As posições, os tamanhos, as cores, as texturas de cada sucata eram estudadas e experimentadas para dar estrutura aos volumes, sombras, fundos e vazios.

Na medida em que iam sendo construídas as imagens, cada etapa era fotografada para ser analisada por Vik. Junto ao assistente Fábio, ele compartilhava as percepções com a equipe composta pelos catadores, também assistentes daquele trabalho.

O fazer-refazer era uma experiência de todos os envolvidos naquele projeto. Compartilhar saberes foi uma prática essencial para que as experiências de aprendizagens pudessem valorizar a lida artesã, importante por também transformar a auto-estima de pessoas que não mais cumpriam deveres de maneira automática, mas participavam ativamente de uma experiência que os alargava, ao mesmo instante em que sedimentava, em cada um deles, a significância potente de sua cultura, suas histórias, suas forças, seus afetos, seus valores.

O cruzamento das diversas óticas que os registros desta experiência nos possibilitam é algo que tem muito a dizer para nós leitores e para aqueles que protagonizaram esta história. No contexto do Aterro de Jardim Gramacho, múltiplos fios emergem e submergem de todas as partes, afetando, convocando, rasgando e mostrando o quanto somos amalgamados àquela realidade. As complexidades do múltiplo dinamizam subjetividades, culturas e leituras. Como um rizoma emergido, os inúmeros fios daquela montanha de lixo não podem ser percebidos por linearidades, ainda que muitas das vezes nos encontremos aprisionados nelas. No entanto, mesmo sem percebermos, o múltiplo se derrama de nós e revela o quão somos urdidos rizomaticamente uns aos outros.

As tocas o são [rizomas], com todas suas funções de habitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. (...) Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva daninha. Animal e planta, a grama é o ‘capim-pé-de-galinha’ (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.22).

É impossível olhar para a montanha de lixo com a lógica binária que pensa e enxerga a marginalidade como uma trama desgastada na qual resta um único fio onde se encontram os rótulos mais empobrecedores de nossas múltiplas realidades e formas de ser. Retorno ao momento no qual, em 2007, Vik Muniz ainda nos EUA, pensava a respeito da realização de um projeto com os Catadores do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho e tentava imaginar como seriam aquelas pessoas com as quais estava se dispondo a trabalhar:

Não faço ideia [de como serão as pessoas]. Devem ser as pessoas mais rudes em quem podemos pensar. São viciados. É o fim da linha. Dê uma olhada na geografia da área [mostra para a esposa Janaína o local pelo Google Earth]. Aqui é o fim da linha. É para onde vai tudo que não é bom... incluindo as pessoas. Os tipos de pessoas que trabalham lá, [são vistas] na sociedade brasileira [como pessoas que] não diferem do lixo. Creio que a coisa mais perniciososa na cultura e na sociedade brasileira é o classismo. É horrível como as pessoas realmente acreditam nisso. Falo das pessoas instruídas, elas acreditam que são melhores do que as demais⁴⁵ (Documentário *Lixo Extraordinário*).

É interessante vermos que a fala de Vik Muniz é carregada de diversos movimentos, crenças e culturas que ao mesmo instante em que reafirmam a lógica binária da dicotomia linear e excludente, também deixam escapar outra percepção, capaz de intuir que há algo mais do que esta superficialidade que nos é vendida socialmente, e que muitas das vezes aceitamos e reproduzimos sem nos darmos conta do que fazemos e sem percebermos que este não pensar reafirma o empobrecimento da sociedade e do humano.

Recorro a Deleuze e a Guattari quando estes pensadores chamam a atenção

⁴⁵ Registro feito pela equipe do documentário *Lixo Extraordinário*, quando Vik apresentava a proposta de seu trabalho mais recente para a sua esposa, Janaina (cidadã brasileira).

para a importância de se *subtrair o único da multiplicidade a ser constituída*. Muitas das vezes, ela – a multiplicidade – não nos é dada culturalmente, ainda que sejamos filhos da multiplicidade e que esta seja a urdidura dos tecidos, humano e social. Comungo com estes dois pensadores quando nos lembram que é necessário fazer o múltiplo com empenho, para que não seja acrescentada a esta artesanaria do múltiplo uma dimensão que se insiste superior.

Em um dos seus primeiros momentos dentro do Aterro, Vik Muniz exclama: “Estamos no maior aterro do mundo... as pessoas batem papo... não vejo gente deprimida. Parecem orgulhosos do que fazem!”⁴⁶.

No documentário *Lixo Extraordinário* esta vontade de viver, de compartilhar e o orgulho por conseguir viver dignamente, isto é, trabalhando, sem se prostituir ou roubar, são questões muito presentes nas falas, gestos e olhares dos trabalhadores que catam lixo no Jardim Gramacho.

Chama-me a atenção a surpresa expressa por Vik Muniz quando, analisando o resultado de um voo fotográfico sobre o Aterro, percebe que o registro feito como instrumento de estudo para ajudar a mapear os procedimentos iniciais junto às pessoas, além de revelar e dar grifo à imagem da realidade mais cruel vista por ele – onde o completo abandono é exalado no azedume do ar e no chão de chorume –, esta perspectiva vista do alto torna invisível (e aí está o elemento surpresa), questões importantes daquele contexto. Quando capturado de cima, o contexto produz uma imagem que não consegue revelar a presença da humanidade que rege aquela mesma realidade. O que não aparece para este olhar que vê de cima é que a feia e miserável urdidura coletiva é alimentada e dinamizada por múltiplas fibras, onde o compartilhamento, o amor, o afeto, a solidariedade, o lúdico e a poesia tornam-se, mesmo que por instantes, protagonistas capazes de gerir e girar esperanças.

Ao perceberem que o olhar superior torna invisível inúmeros fios da multiplicidade, Vik e Fábio decidem que somente estando num mesmo plano, vivenciando o lugar onde as relações são tecidas, é possível realizar um trabalho social com a criação de uma série de obras de arte, de forma que a vocação transformadora

⁴⁶ Documentário *Lixo Extraordinário*.

da arte possa se realizar nas mais diversas direções e intensidades.

Eu sabia que podia fazer o trabalho, mas eu não contava em me envolver com pessoas que trabalham [no aterro] como acabei me envolvendo. Era impossível não se envolver. Pensei que podia ir até lá e pintar o Jardim Gramacho como Cézanne pintou 'O Monte de Sainte-Victoire'. Apenas pintar e relaxar. Tentar apenas fazer o meu trabalho e vê-lo como uma representação. E não é. É bem mais do que isso, pois tem o seu próprio lado humano, que uma imagem não consegue traduzir. (...) Se conseguir colocar no lugar deles, começar a viver a vida deles e imaginar o que terão de fazer para continuar a viver... é difícil, por outro lado, quando vemos o apetite pela vida que eles têm e o jeito que eles se portam, é inspirador. Comecei a pensar em como ajudar as pessoas, e, de repente, senti-me muito arrogante. Quem sou eu para ajudar alguém? Porque, no final, acho que fui mais ajudado do que eles.⁴⁷ São pessoas que têm muito pouca fotografia de si mesmo e elas se veem nesta escala monumental... e realizando um trabalho com um material que para eles só significa a sobrevivência... Aquilo se transforma em uma imagem cujo objetivo é a beleza. Uma coisa bonita... (...) No final, eles não vão dizer – foi o Vik que fez –, eles vão dizer: - Fomos nós que fizemos! (Programa Jô Soares, 2009).

Em seu depoimento, Vik nos demonstra que fazer uma arte que esteja olhando para o outro da periferia não lhe bastaria. Se a *Arte do Mundo* é realizada numa perspectiva eurocêntrica e etnocêntrica, somente vivendo no lixão de Gramacho o cotidiano daquelas pessoas e, estando com elas, conhecendo suas casas, suas questões, seu cotidiano, seus afetos, suas tensões e as complexidades inúmeras que envolvem os trabalhos no Aterro, é que a arte da série *Imagens de Lixo* poderia ser olhada por cada um que a construiu como um olhar de si para a sua própria realidade. Através da arte, poderiam estabelecer diálogos consigo, com o entorno e com a sociedade.

Na inauguração da exposição "VIK", realizada em 2009 no Museu de Arte Moderna de São Paulo e depois no MAM do Rio de Janeiro, a sr.^a Irmã se olha repetidamente, diante de seu retrato feito com o material colhido por ela e por seus companheiros do Aterro do Jardim Gramacho. Emocionada, ela fala:

⁴⁷ Transcrição de depoimento feito para o documentário *Lixo Extraordinário*. Entrevista realizada após as obras da série *Imagens de Lixo* estarem prontas. 2011.

Eu nunca entrei num museu. Eu nunca esperava de ter uma foto minha num museu. A gente às vezes se põe muito pequena, mas as pessoas lá fora acha a gente tão grande, tão bonita! (...) Sou cozinheira de forno e fogão. Cozinhava muitas coisas. Então, neste lixo aqui invento muitas coisas: faço salada, maionese. Eu faço carne assada aqui. Quando pinta carne bonita eu asso para eles. Aí eles fica uma alegria. Canta até parabéns para mim. Então a gente se sente bem aqui dentro. Me sinto bem nessa água, nessa gente. Eu me sinto bem. Pode estar chovendo que eu acendo o fogo e faço comida. Eu não deixo ninguém com fome ⁴⁸(Documentário *Lixo extraordinário*).



(1)



(2)

(1) Dona Irmã no Aterro Sanitário Metropolitano de Jardim Gramacho. ⁴⁹ /

(2) A carregadora (Irmã). Série *Imagens de Lixo*, 2008 – 129,5 x 101,6 cm ⁵⁰

A fala da dona Irmã está repleta de gente, afetos, construções e solidariedades que fazem da dor, do abandono, do desamparo, do desespero, da fome, algo mais possível de lidar. E são estas chamadas de humanidade, estes lampejos poéticos do cotidiano, que aproximam arte e vida, nos convocando a crescer a partir do que este outro tem de singular, para que possamos aprender a alargar óticas e éticas. Depois de ter conquistado com as rendas do projeto *Imagens de Lixo* a realização de um negócio próprio, Irmã retornou ao lixão, intimada pelos fiapos da poeira que, mesmo quando movida pela força de uma asmática inspiração, ela – a poeira da sociedade – respira.

A saudade, fio tecido por afetos, presenças, ausências, compartilhamentos, reconhecimentos da importância do ser humano nas suas subjetividades, ela – a saudade – ali, alojada no coração da sr^a Irmã, revela que a dimensão poética diferencia os humanos e talvez por isso, a arte, assim como o amor, sejam transformadores.

⁴⁸ Depoimento da senhora Irmã, transcrito do documentário *Lixo extraordinário*.

⁴⁹ Imagem copiada do documentário *Lixo Extraordinário*.

⁵⁰ Imagem escaneada do Catálogo da Exposição Vik, 2009.

Lembro-me da imagem de Tião no documentário *Lixo Extraordinário* quando, em meio à montanha de lixo ele brincava de ficcionalizar biografias de objetos e de pessoas, a partir dos materiais que ia encontrando. Sebastião me remete ao Vik Muniz, quando o jovem recém chegado nos EUA ia visitando as *vendas* de garagem e iniciava uma coleção de fotografias de famílias por ele desconhecidas, até que, brincando de ficcionalizar biografias, Vik foi percebendo o quão familiares eram aquelas imagens colecionadas. Acervos que nos revelam o quão somos ligados àquele que nem conhecemos e que falam a respeito de nós mesmos, aguçando nosso olhar.

Tocada pela dignidade da Magda em buscar inúmeras maneiras para, em meio ao lixão, fazer ser possível manter a vitalidade, pergunto: De que forma a experiência com a arte, realizada naquele gigantesco e inóspito Aterro Sanitário, pode aguçar nossos sentidos sensoriais na perspectiva de potencializar o exercício do pensar, como possibilidade de gerar novos modos de partilhas, onde a aridez das múltiplas realidades venha a ser vivenciada como uma experiência fruidora, potente de humanidade amorosa, ética e dialógica?

Conheci isso aqui tem quase um ano, através do meu marido, porque ele ficou desempregado e a gente tinha que pagar as contas, sustentar a casa... meu filho. A gente chegava no ônibus e o pessoal fazia assim: [Magda faz o gesto de quem funga, sentindo um cheiro estranho]. Eu cheguei ao ponto de virar para uma senhora [no ônibus] e dizer assim: - 'venha cá, estou fedendo? Está sentindo mau cheiro? É porque eu estava trabalhando lá no lixão. É melhor do que se eu tivesse lá em Copacabana rodando a bolsinha. Eu acho que é mais interessante e mais honesto. Mais digno (Catálogo da Exposição Vik, 2009, p.126.) Tô fedendo, mas chegando em casa eu tomo um banho e fica melhor'. [E a própria Magna comenta a sua fala] - Mas é nojento.⁵¹ (...) Esse trabalho foi muito bom. Muito bom, muito bom, muito importante. [Magda se refere à experiência de fazer parte da equipe que criou e construiu as obras de arte da série „Imagens de Lixo“] (...) Foi a melhor mudança na minha vida. Isso, esse trabalho me fez... me trouxe vontade de mudar⁵² (Documentário *Lixo Extraordinário*).

⁵¹ Transcrição do depoimento de Magna feito pela equipe do documentário *Lixo Extraordinário* exatamente no momento em que, no próprio Aterro, estava sendo realizada a fotografia que originaria a imagem do seu retrato na série *Imagens de lixo*.

⁵² Depoimento de Magna feito no momento em que ela própria desmanchava a imagem que originou o seu retrato feito com lixo selecionado do Aterro e, catava a sucata utilizada para fazer a obra, guardando o material em sacos. (Transcrição feita do documentário *Lixo extraordinário*).

A exposição “Vik” quebrou o recorde de visitantes em museus brasileiros, superando um milhão de pessoas. Apenas a exposição de Picasso conseguiu, até aquele momento, superar tal marca em popularidade no Brasil. Vik Muniz arrecadou mais do que U\$250.000,00 com a venda das reproduções da série *Imagens de Lixo*. O recurso financeiro foi doado integralmente para a Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho.

Com a renda do projeto, Zumbi montou a biblioteca comunitária com 15 computadores. A Associação – ACAMJG – comprou um caminhão e outros equipamentos, inaugurando um Centro de Ensino para os Catadores. Com o anúncio do fechamento do Aterro, previsto na época para o ano de 2012, foram também realizadas ações na área da educação, no intuito de ajudar os catadores a atravessar a transição das novas realidades geradas com o término daquele Aterro Sanitário.

Após a conclusão do projeto realizado no Aterro de Jardim Gramacho, Vik Muniz retornou a Duque de Caxias e visitou as pessoas retratadas na série *Imagens de Lixo*. Em cada casa, Vik foi recebido como um ente querido e durante a visita, entregou pessoalmente o retrato feito com sucata, impresso e emoldurado.

Esta experiência que no Jardim Gramacho imbrica arte e vida nos revela que mesmo que a globalização tenha tornado as fronteiras mais fluidas, divisas ainda permanecem na contemporaneidade. Abismos que nos exigem agenciamentos de práticas capazes de reinventar configurações para a construção e a realização de novas políticas mais democráticas, emancipatórias e includentes.

Esta história vivida no Aterro Sanitário Metropolitano do Jardim Gramacho reafirma em mim, a crença de que a arte e a poética podem nos ajudar a criar caminhos através dos quais seja possível aproximar os que estão dentro e os que estão fora, pavimentando pontes de interlocuções e desmontando fronteiras que perversamente emudecem sujeitos, demandas, éticas e óticas.

Tocada por esta experiência do Aterro Sanitário, reforço que a arte contemporânea pode nos ajudar a olhar o que está à nossa volta num exercício de aprendizagem que nos inspire a realizar perguntas, diálogos e ações mediados por outras lógicas. Os saberes daquelas pessoas que muitas das vezes são vistas pela

sociedade como meras poeiras descartáveis, em lugar de nos empobrecerem, são experiências importantes que apresentam diversos modos da sociedade viver-sobreviver. Ressalto, então, a importância da arte na sua vocação problematizadora e faço um grifo à importância de vivenciá-la como processo de pensamento, criação e comunicação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. [tradutor Vinicius Nicastro Honesko]. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

Dicionário Houaiss: sinônimos e antônimos / [Instituto Antônio Houaiss; diretor de projeto Mauro de Salles Villar]. 2. Ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GULLAR, Ferreira. **O açúcar.** <https://ruidurbano.wordpress.com/2011/02/16/o-acucar-ferreira-gullar/> (acesso realizado no dia 28 de fevereiro de 2015).

KAZ, Leonel; LODDI, Nigge (Org). HERKENHOFF, Paulo (texto) **Vik.** Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético.** São Paulo: Ed. 34, 2009. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (VOLP).** 5. Ed. Rio de Janeiro: Global/Academia Brasileira de Letras, 2009.

Entrevista realizada no programa *Jô Soares Onze e Meia*. Rede Globo de Televisão, 2009. Anotações feitas nas aulas da professora doutora Beatriz Resende, no curso “Arte e Política na Contemporaneidade”. Disciplina “Cultura da Pós-Modernidade”. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. Faculdade de Letras da UFRJ. Turma da Pós Graduação, ano 2014.2.

Lixo Extraordinário. (Documentário) Direção de Lucy Walker; Co-direção de João Jrldim e Karem Harley; Direção de fotografia de Duda Miranda; Produção de Angys Aynsley e Hank Levine; Co-produção de Peter Martin; Edição de Pedro Kos. Realizado entre 2007 e 2009 e lançado no Brasil em 2011.

Depoimento de Vik Muniz feito para o vídeo da exposição “Made in Brasil”, realizada na Casa

Daros, entre 21 de março e 9 de agosto de 2015.

RECEBIDO EM: SETEMBRO/2016
APROVADO EM: NOVEMBRO/2016

A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DOS REIS: CONTRIBUIÇÕES PERIFÉRICAS DE UMA PESQUISA LONGITUDINAL EM ALFABETIZAÇÃO

Rodrigo Torquato da Silva⁵³
Danielle Tudes Pereira Silva⁵⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados das pesquisas realizadas pelo Grupo **ALFAVELA** –UFF/IEAR, em Angra dos Reis. O foco são os tipos de violências cotidianas que ocorrem na cidade, divulgadas em um jornal local, e as repercussões dessas violências, tanto no cotidiano escolar quanto nos processos de alfabetização e a integração das classes populares às escolas públicas dessa região.

Palavras-chave: Violências cotidianas, favela, classes populares, alfabetização

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar algunos resultados de la investigación llevada a cabo por ALFAVELA Grupo -UFF / iEAR, en Angra dos Reis. La atención se centra en los tipos de violencia diaria que se producen en la ciudad, publicada en un periódico local, y las repercusiones de este tipo de violencia en la vida cotidiana la escuela como en los procesos de alfabetización y de integración de las clases populares en las escuelas públicas de esta región.

Palabras clave: Violencia diaria, favela, las clases populares, la alfabetización

⁵³ Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Pesquisa ALFAVELA-UFF. Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência nas áreas de Educação Popular e favelas, com ênfase nas temáticas que envolvem justiça social, alfabetização das classes populares, violências cotidianas e a relação favela-escola. E-mail: torquatoprof@hotmail.com.

⁵⁴ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Pedagoga da rede de ensino de Angra dos Reis – RJ; Pesquisadora do grupo ALFAVELA – UFF. Atua principalmente com as seguintes temáticas: Diáspora Africana, Classes Populares, Relações Raciais no Cotidiano Escolar e Gestão Pública. E-mail: danitudes@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Em dezembro deste ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – LDB completa 20 anos de sua promulgação. Trazendo esse importante fato para discussão, a RevistAleph nos proporciona o desafio de problematizar aqui significativos elementos que se forjam nas periferias dos muros escolares, mas que impactam, de forma indelével, o cotidiano das escolas que atendem predominantemente as classes populares. A temática proposta provoca, inevitavelmente, em nós, educadores que atuam na escola pública, recorrentes reflexões. Serão 20 anos de LDB e um dos seus objetivos basilares, a justiça social através da educação pública, não foi alcançado a contento. Uma hipótese que não pode ser descartada é a histórica herança escravocrata que pesa, até hoje, sobre os ombros das classes populares, nesse país. É nesse sentido que vimos pesquisando a relação escola-favela e pretendemos colaborar para esse debate.

O presente artigo é resultado dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa **ALFAVELA** – Alfabetização, Classes Populares e o Cotidiano Escolar, do Instituto de Educação de Angra dos Reis/UFRJ. Nele, pretendemos socializar os resultados de uma pesquisa de longo prazo na qual apresentamos tipos de violências cotidianas que ocorrem na cidade e são divulgadas em um jornal local. A partir daí, oferecemos subsídios que, a nosso ver, possibilitam uma reflexão mais qualificada acerca das repercussões dessas violências, tanto no cotidiano escolar quanto nos processos de alfabetização e integração das classes populares às escolas públicas dessa região.

Nossas pesquisas já demonstraram, em trabalho anterior, que há idiosincrasias na formação das classes populares de Angra dos Reis, visto que estas são oriundas de pelo menos quatro troncos de origens: i) cultural, ii) territorial, iii) social e iv) política, sendo: 1) os Quilombolas, do Quilombo Santa Rita do Bracuí, 2) os indígenas Guarani Mbya e Pataxó, das aldeias locais, 3) os Caiçaras, muitos resistindo nas ilhas e na orla, e 4) os trabalhadores voláteis dos estaleiros e das usinas instaladas no município. Isso nos leva à necessidade de pluralização do conceito de classes populares, pois existe uma enorme heterogeneidade, derivada também das constantes

interações, que historicamente se estabeleceram no território angrense e resistem aos processos de opressão (SILVA, 2015), e ao que hoje denomina-se de “gentrificação”.

Desde 2011, iniciamos a coleta e o mapeamento de dados publicados no jornal local: “A CIDADE”. A escolha desse veículo de informação/comunicação como fonte se deve ao seu forte apelo popular e à grande circulação pelos bairros da cidade, sendo inclusive apelidado de “Sangrento”, por conta da exposição de casos criminais. É considerado, assim, um tablóide policial.

Para melhor fluidez da leitura e organização didática, apresentamos, aqui, uma estrutura textual na qual temos: a) uma breve apresentação dos procedimentos metodológicos adotados; b) seguida da exposição de alguns dados coletados do jornal e c) a análise, a partir da qual levantaremos hipóteses acerca da repercussão das relações-impactos das violências cotidianas na escolarização das classes populares em Angra dos Reis. Ressaltamos que não temos a intenção de esgotar o assunto, tampouco oferecer uma “metarresposta” dos complexos problemas de violência urbana e o suposto fracasso escolar. No entanto, entendemos que o artigo em questão aponta caminhos e/ou possibilidades de respostas aos cidadãos angrenses e à comunidade acadêmica, sendo esse enfoque um compromisso acadêmico e político do Grupo de Pesquisa ALFAVELA/UFF.

ACERCA DA METODOLOGIA

Como já foi sinalizado acima, o que este trabalho se propõe é a também consolidar práticas de pesquisas que se fundem em metodologias qualitativas, tendo, além do uso de documentos, o cotidiano e os espaços de conformação de sociabilidades diversas das classes populares como *locus* principal de investigação. Nossas fontes, bem como a metodologia, fundamentam-se, aqui, em dois vieses.

O primeiro se refere à aquisição, semanalmente, do periódico citado, diretamente nas bancas de jornais do município, o que permite vivenciar, alcançar o “clima” dos acontecimentos e, contagiados, elaborar a análise e o mapeamento das

notícias. No que tange ao que será abordado neste trabalho, optamos por um recorte que abrangerá os dados/discursos relativos aos anos de 2011 e 2014.

O segundo viés é o contato direto dos autores com a cotidianidade da cidade e com mais de cinquenta professoras (e/ou profissionais) que atuam na Região Costa Verde e participaram, como estudantes, do Curso de Especialização em Alfabetização das Classes Populares (2014/2015), em Angra dos Reis, oferecido pela Universidade Federal Fluminense e coordenado por um dos autores. Além disso, incluímos a observação e participação de um dos autores do presente artigo na dinâmica da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e no cotidiano de algumas escolas, na atual gestão.

É de nossa pretensão expandir o trabalho com mais dados, oriundos de outras linhas de pesquisas que fazem interlocução com a temática e são desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa ALFAVELA. Não tratamos as narrativas e/ou fontes como qualificadas cientificamente por sua neutralidade, até porque nosso entendimento é de que toda narrativa tem como autor um sujeito dotado de intenções e de subjetividade construídas nas interações sociais e políticas. Ademais, os vínculos mantidos pelo jornal e suas fontes de recursos são relevantes, ao considerarmos suas opções.

Ainda em relação aos procedimentos metodológicos, bebemos em muitas fontes, entre as quais, nos estudos e pesquisas realizados pela professora Ana Clara Torres Ribeiro, do LASTRO-UFRJ, que nos oferece um debate metodológico sobre a teoria da ação a partir de uma metodologia denominada “cartografia da ação”, e a pesquisa do professor José de Souza Martins, da USP, pelas similaridades.

A QUESTÃO DAS FAVELAS E/EM ANGRA DOS REIS

A questão: “Favela” em Angra dos Reis vem se apresentando, há pelo menos cinco anos, como uma temática incógnita ou mesmo inconveniente para o debate que o Grupo de Pesquisa ALFAVELA/UFF-IEAR vem fazendo acerca da urbanidade angrense.

Tal questão tem nos afrontado desde o primeiro contato com a cidade. Para não ser repetitivo e também não deixar esvaír a força da narrativa do impacto desse encontro, optamos por replicar o que já foi exposto em trabalho já publicado:

Ao chegar em Angra dos Reis, em 2010, na condição de professor D. E., da Universidade Federal Fluminense (UFF), pude constatar o que poderíamos denominar de “choque” entre a construção do imaginário e a realidade. A imagem construída da referida cidade era a de uma espécie de “oásis” para os abastados do país. Esperava encontrar muitas mansões à vista, com iates multicores, ancorados em píeres particulares, consolidando o capitalismo como sinônimo de luxo e prazer. No entanto, deparei-me com um centro citadino que mais parecia com o Rio de Janeiro das minhas origens, onde riqueza e pobreza coexistiam em uma aparente harmonia. Intrigado com o que via, passei a perguntar a transeuntes, camelôs (os poucos que encontrei) e jornalheiros qual o nome daquelas favelas que situavam-se nos morros. Para minha surpresa, ouvi de todos a uníssona resposta: “em Angra não tem favela!” Ora, se o que via não eram favelas, como conceituaria tais construções “irregulares”, guiadas por becos e vielas, com escadarias longas e casas sem rebocos? Na verdade, o que estava diante de mim era o ápice do sucesso capitalista. Ao invés de uma “Meca dos Milionários”, isolados por redes de proteção “anti-pobres”, o que estava visível nada mais era do que o contraste da desigualdade social, fundado nas premissas que sustentam o sistema: lucro, mais-valia, miséria, ostentação, violência, exploração e, fundamentalmente, opressão (SILVA, 2015b, p. 72).

Para que se possa melhor situar a temática, justifica-se um brevíssimo inventário histórico sobre a questão. A descoberta do problema favela, pelo menos no que tange à intervenção do poder público no Rio de Janeiro, se dá entre a década de 1940 e 1950, tendo como marco o Código de Obras da cidade, de 1937. Até então, segundo Burgos (1988), a favela era um problema de saúde pública. É a partir desse código que surge a primeira alternativa a tal espaço, os parques proletários. Concomitantemente foi criada uma pedagogia/ideologia na qual os moradores das favelas eram considerados pré-cidadãos e, por isso, eram submetidos a sessões de lição de moral nos parques proletariados. Estes, tornaram-se palanque para o embrião do populismo que ainda é gestado, hoje, em muitas favelas e periferias Brasil afora.

A partir da década de 1950 e 1960, outro ator político entra em cena: a Igreja Católica. Foi consolidado na mais nobre e rica região da cidade carioca, a Zona Sul, o

projeto da Cruzada de São Sebastião, que se fortaleceu em 1955, como conjunto habitacional das classes populares (a diferença entre esse projeto da Igreja e os parques proletários foi o fato de serem erguidos no coração da nobreza, no bairro Leblon). Assim, “recriou-se” a imagem dos “selvagens” a serem civilizados, na qual a pedagogia cristã, católica, orientada pela criação da Fundação Leão XIII, deixa de encarar as favelas como um problema de saúde pública, ou de estética da cidade, e passa a vê-las como um problema moral. Nesse sentido, a igreja muda o eixo dos discursos predominantes da época e, em vez da remoção, prega a “melhoria humana.” Em função disso, há um estreitamento entre “lideranças comunitárias” e alguns políticos.

Entre as décadas de 1960 e 1970, as favelas se transformam em um problema político. O poder público resolve dar uma resposta a Igreja, que, desde o final dos anos 1950, passa a ser acusada por segmentos da burocracia pública de assistencialista e paternalista. Dessa forma, revitaliza o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), que a partir dos anos 1960, visa capacitar o morador da favela para que ele ganhe uma independência e não precise de favores políticos. Esse órgão cria uma espécie de contrato com as associações de moradores das favelas, que as submete ao Estado num processo de cooptação das “lideranças comunitárias”. Durante esse processo, os tensionamentos surgidos favoreceram um esvaziamento do SERFHA, que coincide com a criação da COHAB (Companhia de Habitação Popular), empresa que passa a realizar uma nova política habitacional, baseada na construção de casas para famílias de baixa renda. Em 1963 é fundada a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Diante disso, o governo passa a trabalhar com duas perspectivas simultâneas: a da remoção e a da urbanização. Com o golpe de 1964, há um recrudescimento na política “remocionista” autoritária para a erradicação do problema favela.

A partir de 1979, como reflexo da abertura do regime político, as associações de moradores ganham um outro fôlego e adquirem uma relevância política especial. É importante ressaltar que a década de 1980 é considerada o período da grande efervescência dos Novos Movimentos Sociais, o que é bem diferente da década

posterior (1990), em que as ideologias e as políticas do neoliberalismo são implementadas e difundidas com muita força no Brasil.

A década de 1990, no Rio de Janeiro, foi marcada por três grandes chacinas. Em junho de 1990, ocorreu a primeira, com a morte de 11 jovens favelados moradores da favela de Acari. Em seguida, em 1993, aconteceram as outras duas. Em uma, sete menores que dormiam às portas da Igreja da Candelária foram assassinados (covardemente) enquanto dormiam. A outra ocorreu em agosto e ficou conhecida como “O massacre de Vigário Geral”, quando 21 pessoas residentes nessa favela, uma das mais pobres da cidade, foram retiradas das suas casas e executadas. Segundo testemunhas, o que esses crimes tiveram em comum foi a participação de policiais militares.

Esses fatos provocaram uma reação na sociedade carioca e geraram outras interpretações sociológicas para a questão favela. Entre as quais, destacam-se as concepções de “cidade partida” (VENTURA, 1994) e a “metáfora da guerra” (LEITE, 2001).

Segundo Leite (2001), a difusão da concepção de cidade partida gerou o que ela conceitua como metáfora da guerra, provocando um deslocamento na representação social da cidade.

A representação do Rio de Janeiro como uma cidade em guerra foi gestada a partir de uma série de episódios violentos que ali ocorreram no início dos anos 90. Formulada no interior de um discurso que chamava a população a escolher um dos lados de uma cidade pensada como irremediavelmente "partida", a metáfora da guerra foi reafirmada, ao longo da década, toda vez que se ampliou a percepção de agravamento da situação de violência no Rio de Janeiro, ou que o tema foi posto na agenda política pela disputa eleitoral para a prefeitura do município ou a governança do Estado (p.80).

Dentro desse contexto, algumas iniciativas foram tomadas por parte de vários segmentos da sociedade civil, no Rio de Janeiro, que promoveram a criação de ONG's e de projetos sociais, sempre com o objetivo de estabelecer um diálogo que pudesse “costurar” a cidade partida.

Desse brevíssimo inventário histórico sobre a questão favela, no Rio de

Janeiro, o que nos interessa para o presente estudo, acerca dessa temática em Angra dos Reis, é perceber como ocorreram às mudanças de sentidos (não somente político, mas, inclusive, semântico) nos discursos de representação dos espaços de habitação das classes trabalhadoras.

O casal Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, numa pesquisa que originou o livro “A Sociologia do Brasil Urbano”, apontou, já na década de 1960, os equívocos de se trabalhar com algumas noções que perpassam o imaginário social sobre a questão da favela. Defenderam a tese de que se construiu, equivocadamente, um discurso sociológico de que a maioria dos moradores de favelas eram oriundos das regiões rurais do Brasil, à época. Com isso, originou-se uma ideia de que a integração das favelas às cidades deveria ter como pressuposto o fato de que se estaria lidando com a integração de pessoas não-urbanas às áreas urbanas.

Os estudos dos Leeds (1978, p.93) demonstram que a tentativa de enquadrar os moradores das favelas em determinadas identidades sociais rígidas não seria concebível no Brasil. Para se ter uma ideia da complexidade das favelas, já àquela época, década de 1960, havia pelo menos 15 tipos de migração do interior do Brasil rumo à cidade, onde era possível mapear pontos de partida ou de chegada com diversas origens. Para efeito de melhor explicitação do que estavam propondo, eles criaram a seguinte classificação: oriundos do interior rural (R); dos povoados (P), das cidades pequenas (CP), das cidades (C), da metrópole (M). Com isso chegaram a seguinte conclusão:

De fato, todos os 15 tipos, e, somados a esses, os tipos de migração inter e intrametropolitanas, mais a combinação das últimas com as 15 acima, são encontradas como modelos de migração dos moradores tanto das favelas como das barriadas. Assim, não é surpreendente que os migrantes verdadeiramente rurais nas favelas do Rio sejam poucos. O que é surpreendente é o seu número muito pequeno. Nosso palpite é de que eles constituem não mais do que 5% da população das favelas (LEEDS, 1978, p. 93).

Ou seja, o que esse casal de importantes pesquisadores concluiu foi que não era possível reduzir a complexidade do fluxo migratório que estava, à época, inchando a cidade do Rio de Janeiro, com uma categorização simplista fundada no mito da

dualidade Rural X Urbano.

Atentando para a premissa de fundo na tese apresentada pelos Leeds, já na década de 1960, pactuamos das mesmas preocupações no que tange à questão dos aglomerados de habitações em Angra dos Reis, onde residem predominantemente as classes populares da cidade. O interesse nessa temática não se dá simplesmente por uma questão propedêutica, visando à produção acadêmica, mas para poder entender melhor o que acontece nesta cidade que é visivelmente desigual na sua distribuição de riqueza e nos tipos de violências urbanas que atingem parte seleta da população. Por isso, há uma necessidade de estudos comparativos com aqueles que há mais tempo analisam o desenvolvimento das favelas do Rio de Janeiro, para que se possa melhor compreender e intervir nas questões que afligem a sociedade angrense hoje.

Nesse sentido, os jornais “populares” muitas vezes apresentam imagens de violências chocantes. Porém, a reboque, estão sugerindo uma naturalização dessas ocorrências para determinadas localidades, envolvendo determinados tipos de corpos e faixas etárias. Ou seja, há nessas narrativas imagéticas, jornalísticas, não somente o sensacionalismo perverso para vender exemplares, mas sobretudo fatos, e também poderes, que contribuem para o deslocamento das imagens do tipo representação social/identitária dos moradores da cidade que habitam essas localidades, que hoje não são denominadas favelas de/em Angra.

Consolidando a tese defendida neste artigo, embora reconheçamos a importância da preocupação do povo angrense e, até mesmo, a defesa dos seus interesses, com a não estigmatização do seu lugar de moradia, de investimento imobiliário de suas famílias, das suas memórias e territorialidades, é importante perceber que a mitigação dos impactos do uso pejorativo/estigmatizador da palavra ‘favela’. Ou seja, o abrandamento dos efeitos da construção (no cotidiano) dos estigmas sociais que esse conceito carrega, não está garantido com a negação da existência do *locus* favela, já que factualmente, enquanto tipos de organização espacial, as favelas estão expostas pra quem desembarcar no centro de Angra e olhar ao redor. Assim, como vimos no caso das favelas do Rio de Janeiro, embora historicamente esse *habitat* urbano tenha sofrido várias alterações na sua

representação social, geralmente, em nenhuma dessas mudanças (conceituais) os moradores foram ouvidos e/ou considerados como parte no processo de definição da representação deles mesmos na cidade. Com isso, os conceitos que enquadram os espaços e os seus habitantes (as classes populares), no jogo conceitual de definições daquilo que eles representam para a cidade, ficam à mercê de joguetes técnicos e/ou demagógicos de outrem.

Vejamos as imagens que seguem e façamos uma leitura comparativa do que nos apresenta os discursos imagéticos captados por nossas câmeras, em pesquisa de campo, em Angra dos Reis, com outras imagens dos aglomerados urbanos/favelas da cidade do Rio de Janeiro, comparando-os e problematizando.



Fig. 1 - Favela do Cantagalo – RJ
(www.fiapodejaca.com.br)

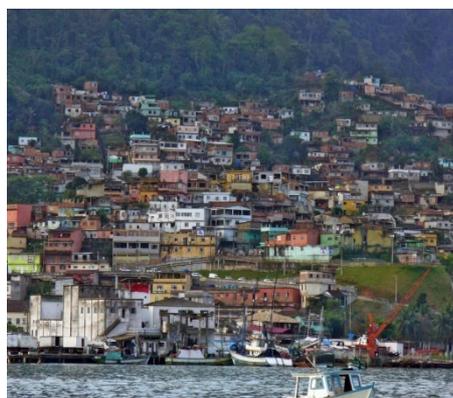


Fig. 2 – Angra dos Reis vista do mar
(www.panoramio.com/photo/42941892)



Fig. 3 – Morro dos Prazeres– RJ
(blog.estadao.com.br)



Fig. 4 – Morro da Carioca – Angra dos Reis
(riosvivos.org.br)



Fig. 5 - Favela do Jacarezinho – RJ
(www.diariodovale.com.br)



Fig. 6 - Morro da Glória – Angra dos Reis
(www.ultimosegundo.ig.com.br)

A partir dos indícios inverossímeis expostos nas imagens comparativas/provocativas acima, é possível constatar que há, em Angra dos Reis, no mínimo, o que poderíamos denominar, seguindo a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de aglomerados habitacionais subnormais⁵⁵, idênticos aos denominados “favelas”, no Rio de Janeiro. Resta então problematizar, agora, acerca do porquê tal nomenclatura, favela, atinge frontalmente os “brios” de parte da população angrense consultada.

As nossas pesquisas indicam que podemos considerar duas hipóteses plausíveis. A primeira diz respeito ao que emana socialmente-culturalmente do conceito/discurso “favela”. Há muito tempo, como foi possível verificar no brevíssimo inventário histórico exposto acima, as pesquisas sociológicas e antropológicas vêm apontando para uma extensão do conceito “favela” para além do seu significado semântico, no que tange a espaços de aglomerados residenciais urbanos onde habitam

55 O que é um aglomerado subnormal? É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Sua existência está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano, à carência de infraestruturas as mais diversas, incluindo de transporte e, por fim, à periferização da população. Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano. (Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>)

as classes populares. Os estudos têm indicado que há uma extensão interpretativa do conceito “favela” para uma ideia de estigma que marca aqueles/as moradores dessas localidades. Por exemplo, para além de pessoas que apenas residem em áreas pobres, os moradores de favela estariam também vinculados a uma interpretação de que pertencem às classes perigosas, ou ao lado sujo da cidade (concepção higienista), ou à doença da cidade. Assim, é possível constatar que o conceito de “favela” extrapola a definição semântica apresentada nos dicionários escolares, por exemplo.

A segunda hipótese que poderíamos relacionar ao incômodo que a palavra/conceito “favela” gera no povo angrense estaria relacionada à especulação imobiliária. Nesse sentido, o problema não deixaria de estar relacionado com o que foi problematizado na hipótese primeira, já que no fundo a aceitação da palavra favela contribuiria para uma desvalorização imobiliária na Região Costa Verde e, mais que isso, colaboraria para desconstruir o “mito” de uma Angra “somente dos reis”, que vive de uma imagem construída e vendida de que há, no Rio de Janeiro, um paraíso natural preservado, uma Meca, à brasileira (ou à carioca), dos milionários. Isto posto, seriam derrubadas (ou pelo menos, confrontadas), duas ideologias perigosas e, porque não dizer, perversas: a ideologia do mito do paraíso natural e, conseqüentemente, o “orgulho de ser angrense”, no qual se escamoteiam as desigualdades sociais e raciais, matrizes históricas das nossas mazelas e a ideologia (oposta) de que para Angra está migrando a lógica das favelas do Rio de Janeiro e, em função disso, deveria ser aplicado o mesmo remédio que lá se aplica, a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).

Sobre a primeira ideologia, podemos constatar a persistência de um *ethos* colonial que mantém a representação do município como um paraíso natural, remontando às “origens da humanidade”, e estando seus habitantes em um estágio inicial, sendo primitivos no sentido de atrasados e desprovidos de racionalidade. Embora o colonialismo enquanto dominação territorial tenha findado, autores como Quijano (2010) afirmam uma persistência mais duradoura dessa dominação nos âmbitos do ser, do saber e do poder. Nessa perspectiva, as classes populares são consideradas indolentes e o senso comum afirma que os angrenses nativos são preguiçosos e incapazes de empreender, especialmente os coletivos indígenas e

quilombolas a quem se adiciona a qualificação de “porcos e atrasados”. Ou seja, Angra dos Reis é um paraíso natural que precisa ser mantido, mas somente os ricos e milionários são capazes desse reconhecimento e isso naturaliza um padrão de poder onde a remoção da população, e mesmo sua eliminação física, é justificável frente aos grandes e rentáveis empreendimentos.

Acerca da segunda ideologia, o professor Luís Antônio Machado nos ajuda a pensar o que significa a implantação de políticas de intervenção na cidade nos moldes das UPPs, que sugere estarmos diante de uma nova possibilidade fenomenológica de mudança nos padrões de sociabilidades e de violências nas classes populares, principalmente as situadas em territórios de favelas. Tal mudança está diretamente ligada ao tipo de intervenção estatal que vem sendo adotada no Rio de Janeiro com a política das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e que pode ser aludida como modelo de intervenção para outras cidades do Estado, tal como Angra dos Reis. Em artigo recente, o autor chama a atenção para esse fato com a seguinte indagação: Qual é a das UPPs? Segue a resposta:

Fala-se muito nas UPPs, as Unidades de Polícia Pacificadora. Os meios de comunicação estão cheios de referências às melhorias no controle do crime, especialmente do crime violento ligado ao tráfico de drogas ilícitas, e ao que seria uma aprovação maciça da população, moradora ou não das localidades onde as UPPs estão instaladas. De fato, não se trata de uma euforia inteiramente infundada, pois há evidência consistente de que: a) as UPPs constituem, de fato, uma forma inovadora de repressão ao crime; b) onde estão atuando, de um modo geral elas têm apresentado bons resultados, medidos por indicadores locais razoavelmente confiáveis; c) ainda que longe de ser eliminadas, a arbitrariedade e a violência policial são menores onde as UPPs estão operando; d) a presença delas tem melhorado muito significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados; e) a insistente divulgação pela mídia da atuação das UPPs tem ampliado as expectativas positivas quanto à segurança a toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores nas localidades alvo de sua implantação no futuro e até mesmo os segmentos mais abastados, que não precisam (nem querem) UPPs onde vivem (...) Tudo isso é positivo e faz das UPPs uma aposta que pode vir a se consolidar e continuar rendendo bons frutos, que a mídia tem se encarregado de propalar aos quatro ventos. No entanto, não é prudente avaliar políticas públicas por meio de uma síntese binária, do tipo “bom” x “ruim” – e esta afirmação é verdadeira em particular para as mais inovadoras. **O que**

sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode pôr a perder a própria experiência das UPPs. Estas, na vida real, constituem a expressão de uma política pública muito recente que ainda carrega o peso de sua própria origem e, como qualquer nova iniciativa, precisa ser acompanhada, criticada e orientada para se estabilizar como uma forma de intervenção pública democrática, eficiente e eficaz (MACHADO, 2010, p 01).

Ou seja, mais preocupante do que uma possível desvalorização da terra urbana angrése no mercado de especulação imobiliária, está a questão da possibilidade de determinadas áreas da cidade classificadas como espaços das classes perigosas, áreas em que habitam as classes populares/trabalhadoras serem tal como ocorreu com a ideologia da cidade partida que gerou a metáfora da guerra (LEITE, 2001).

De forma visceral, uma das autoras deste texto atesta a hipótese por ser moradora da cidade desde a infância, tendo sempre residido no bairro Campo Belo, onde, a partir do loteamento popular chamado Promorar, teve início a desvalorização imobiliária e o aumento da criminalidade com a inserção do tráfico de drogas. Em decorrência, todos os moradores do Promorar e, de forma geral, do bairro, são estigmatizados como criminosos. Ademais, os moradores consideram o loteamento como o “grande mal” apoiando as intervenções policiais e justificando a adoção de um *modus operandi* semelhante ao empregado para a repressão nas favelas da capital, uma vez que esse outro já foi eleito como inimigo. Mais grave do que o estigma de classe perigosa e a desvalorização imobiliária é a aceitação desse *modus operandi* que institucionaliza e justifica o extermínio de determinados grupos.

Poderíamos, inclusive, indagar se a violência urbana dos últimos cinco anos (de 2011 a 2015), em Angra dos Reis, não seria já os sintomas ou sinais desse processo. Vejamos, como mapeamento da violência urbana desse período, os gráficos abaixo, oriundos das matérias e fotografias do jornal “A Cidade”, e passemos, adiante, à análise dos dados e das questões que demonstram o que estamos considerando como os padrões de violência e o *modus operandi* manifestados no cotidiano noticiado.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E GRÁFICOS DA PESQUISA⁵⁶

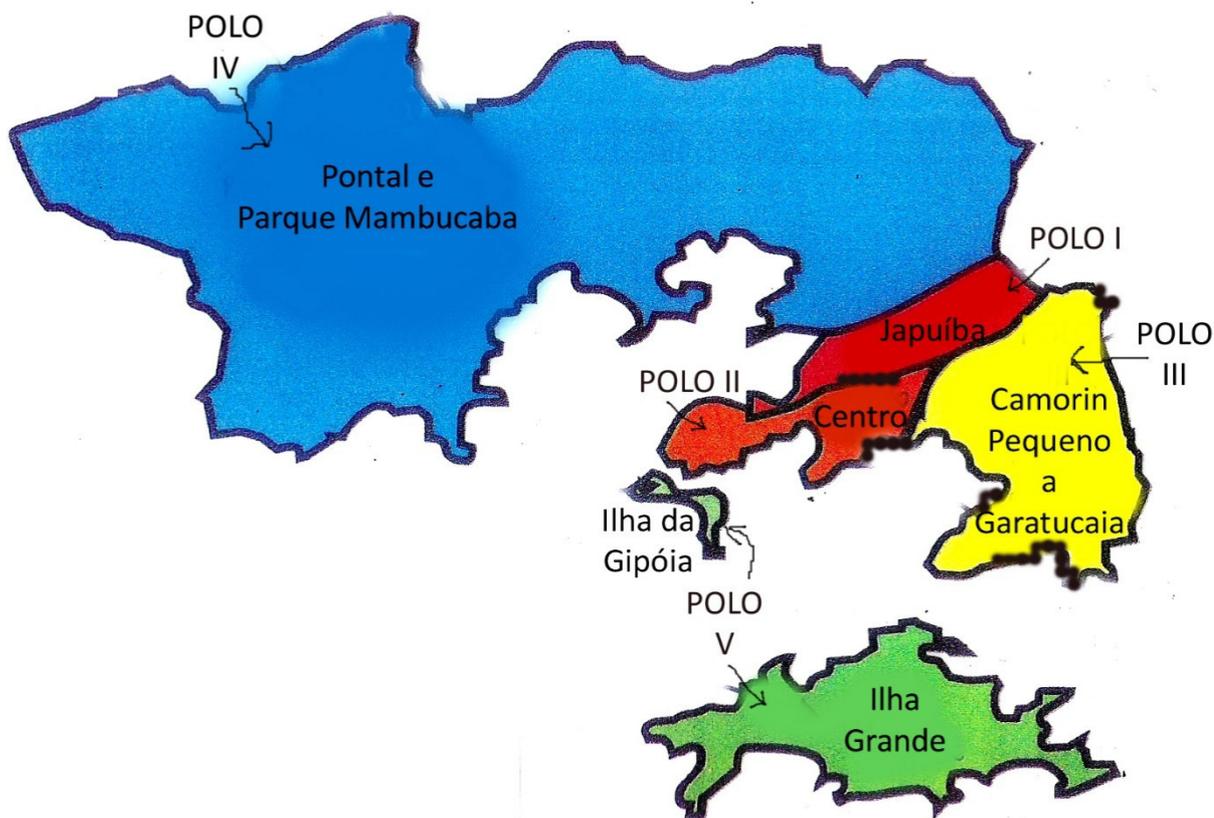
Os dados apresentados foram coletados do periódico A Cidade, no decorrer dos anos de 2011 e 2014. Optamos, neste texto, por dois recortes temporais relativamente distantes, a fim de percebermos as possíveis mudanças nos territórios, considerando que em 2011 as UPPs estavam em processo de implantação - tendo iniciado em 2008 – e que em 2014 já eram 38, de acordo com a página do Governo do Rio de Janeiro.⁵⁷

Para o mapeamento dos jornais, trabalhamos com as seguintes categorias: período, nome, bairro (localidade do ocorrido e moradia dos envolvidos), idade, cor/raça, delito, escolas adjacentes, representações e contextos. Para efeito desta análise, nos detivemos na idade e cor/raça dos sujeitos. Além disso, analisamos também o quantitativo de delitos⁵⁸ ocorridos no município, bem como os territórios e suas relações com as escolas no recorte que denominamos Polo, aqui compreendidos como um conjunto de bairros, próximos geograficamente. A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia também utiliza essa denominação, tendo dividido o município em cinco Polos, de acordo com a localização das escolas, como se pode observar no mapa de Angra dos Reis abaixo:

56 O mapeamento dos dados contou com a colaboração da estudante do Curso de Pedagogia IEAR/UFF e integrante do ALFAVELA, Paula Leandro de Freitas.

57 Disponível em <http://www.upprj.com/index.php>

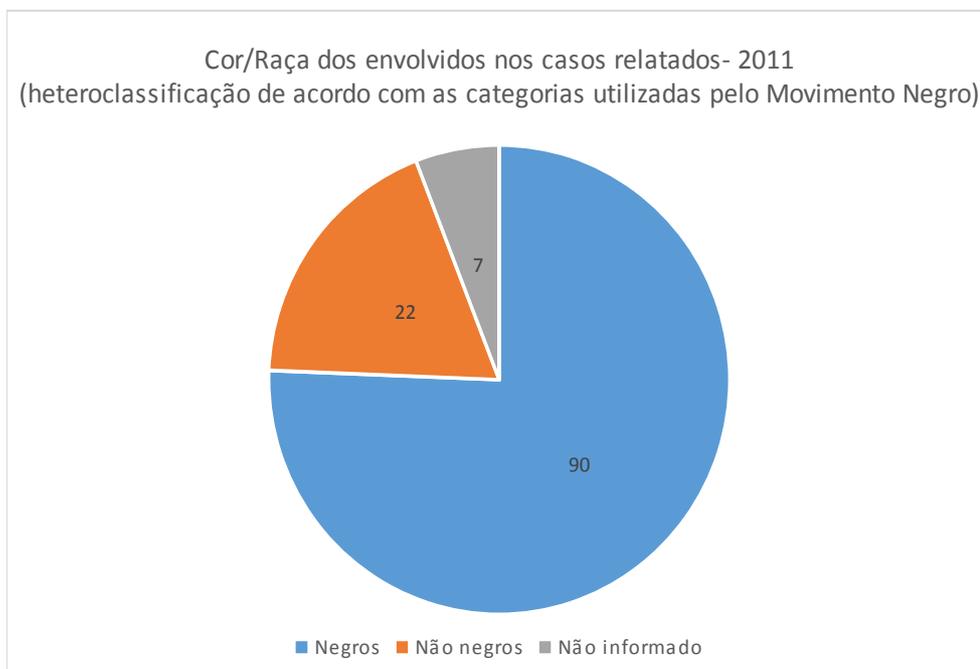
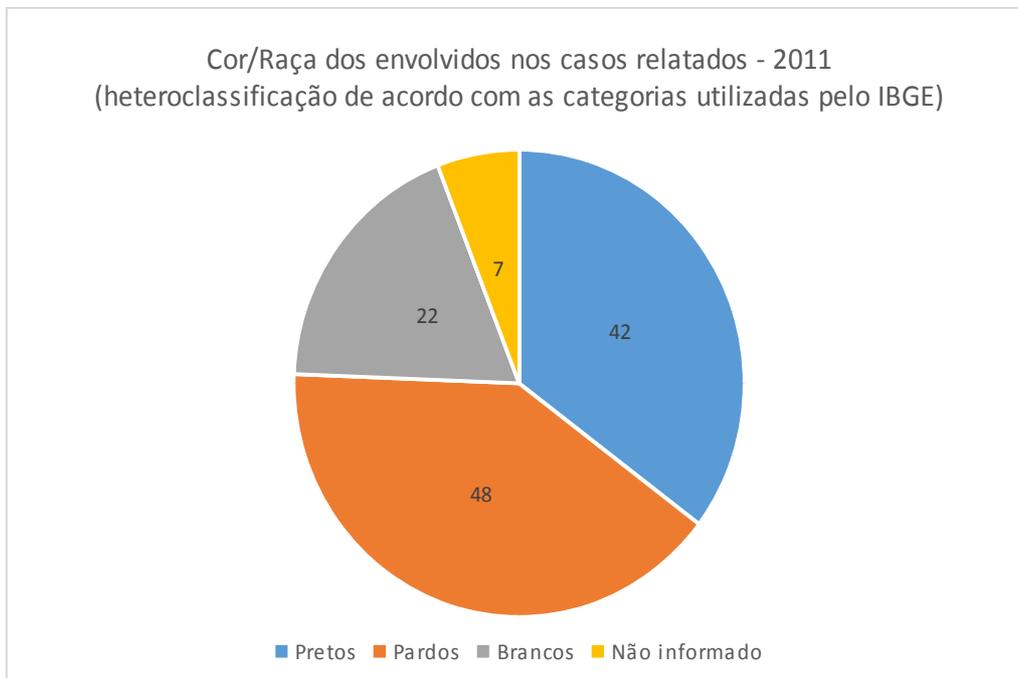
58 Os principais delitos mapeados são tráfico de drogas e homicídio.



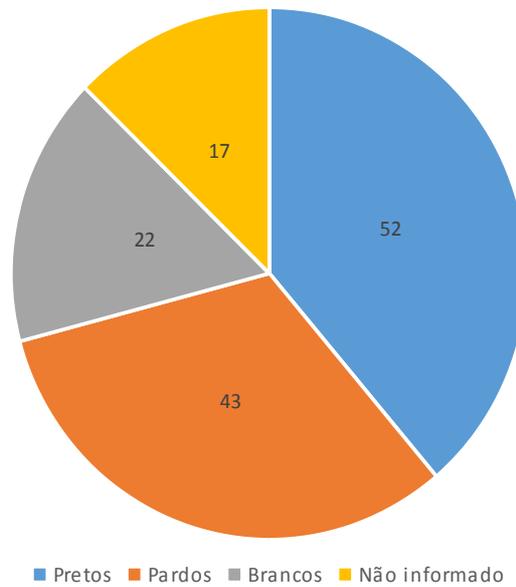
A seguir, apresentamos os dados, em gráficos, precedidos de algumas informações relevantes para a sua compreensão.

A primeira sequência de tabelas expõe a cor/raça dos sujeitos. Utilizamos as opções de classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Entretanto, operamos com a heteroclassificação, ou seja, os sujeitos foram classificados de acordo com as fotografias que constavam nos jornais. Em seguida, adicionamos o quantitativo de pardos e pretos na categoria negros e incluímos os brancos como não negros com o objetivo de visualizar os dados também de acordo com os agrupamentos realizados pelo Movimento Negro. Portanto, na sequência, os gráficos apresentam os mesmos dados, mas utilizando critérios distintos de agrupamentos dos sujeitos, em um universo de 119 casos em 2011 e 134 casos em 2014.

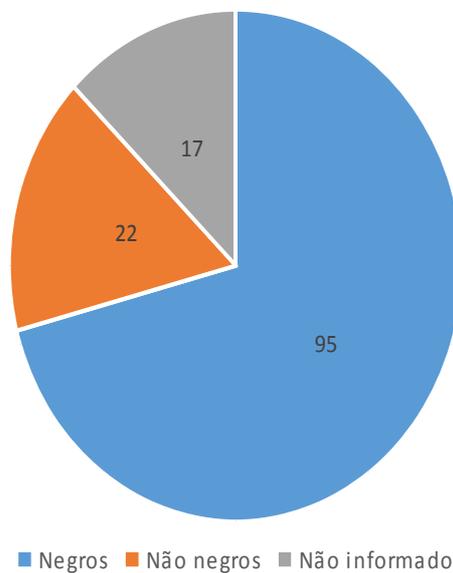
Após a sequência, consta um gráfico demonstrativo das faixas etárias dos envolvidos nos delitos, tanto como causadores quanto como vítimas.

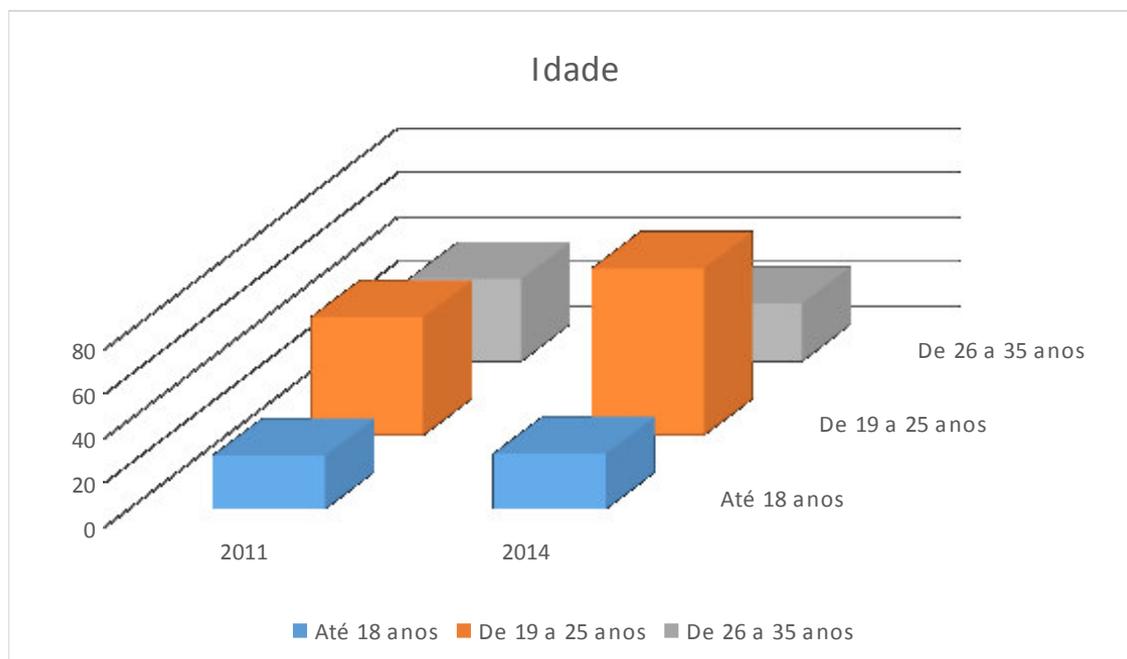


Cor/Raça dos envolvidos nos casos relatados - 2014
(heteroclassificação de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE)

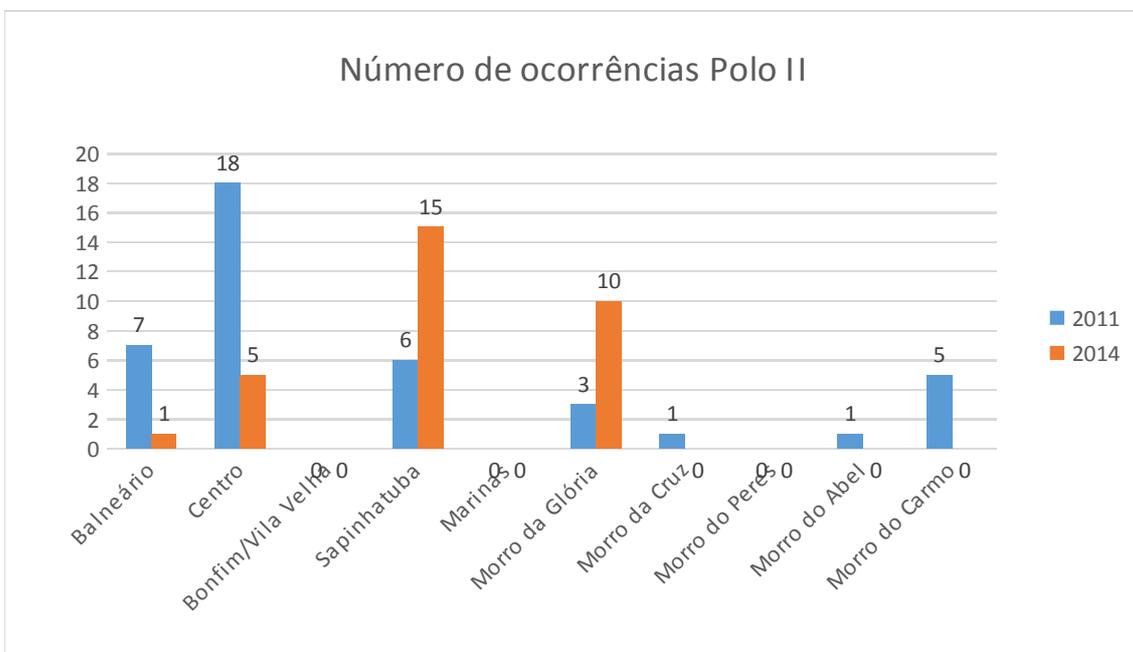
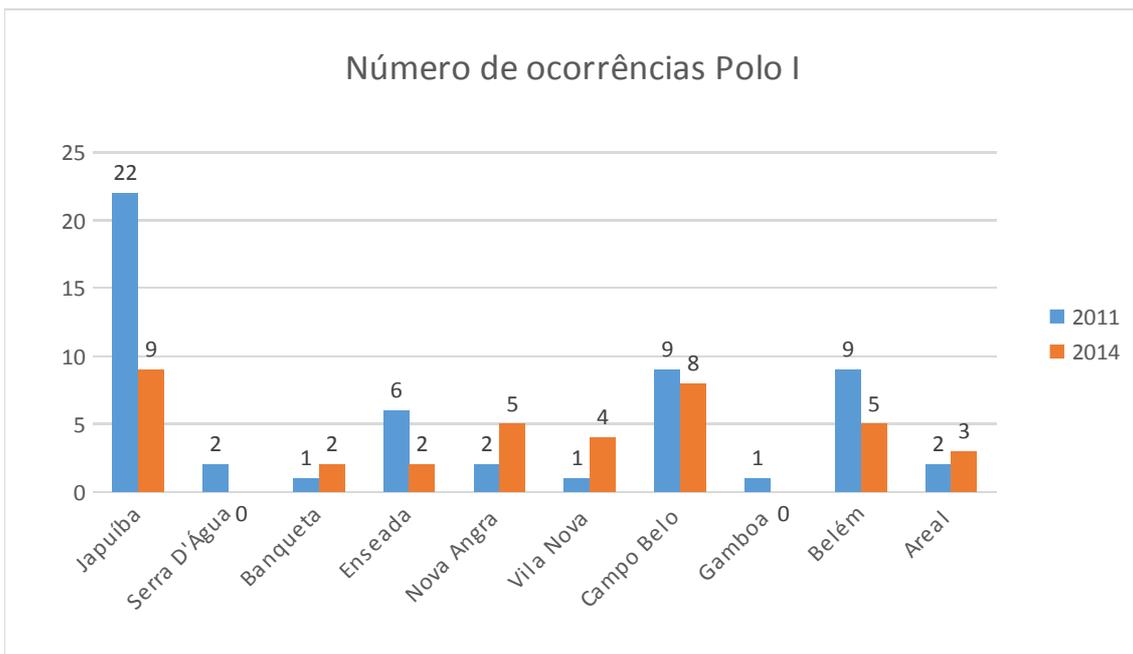


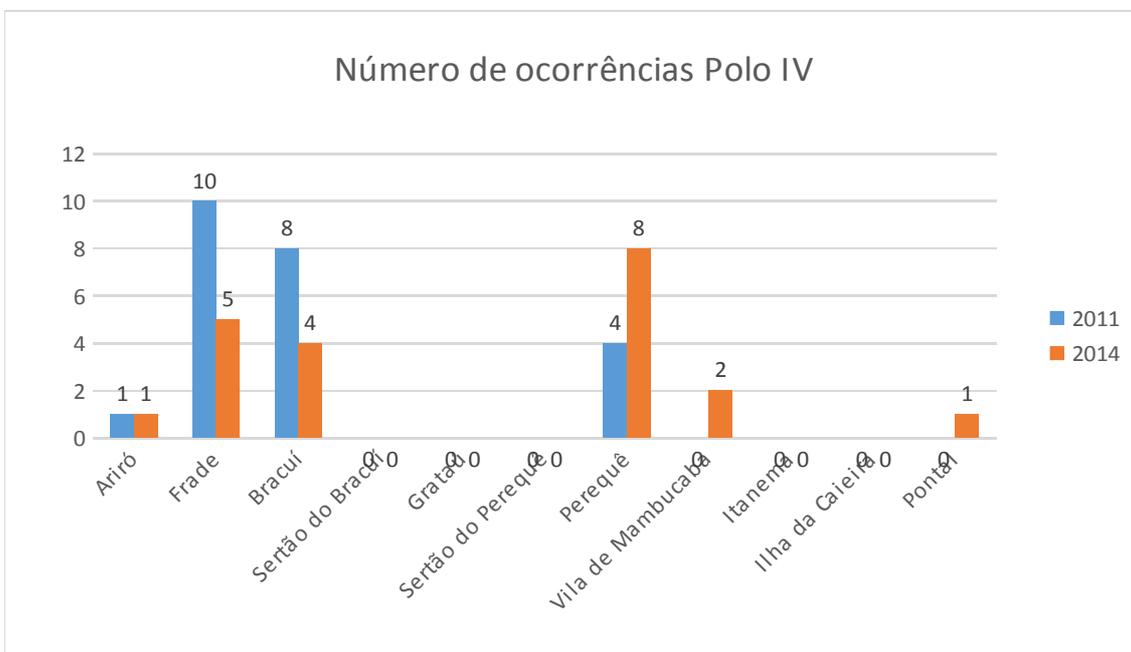
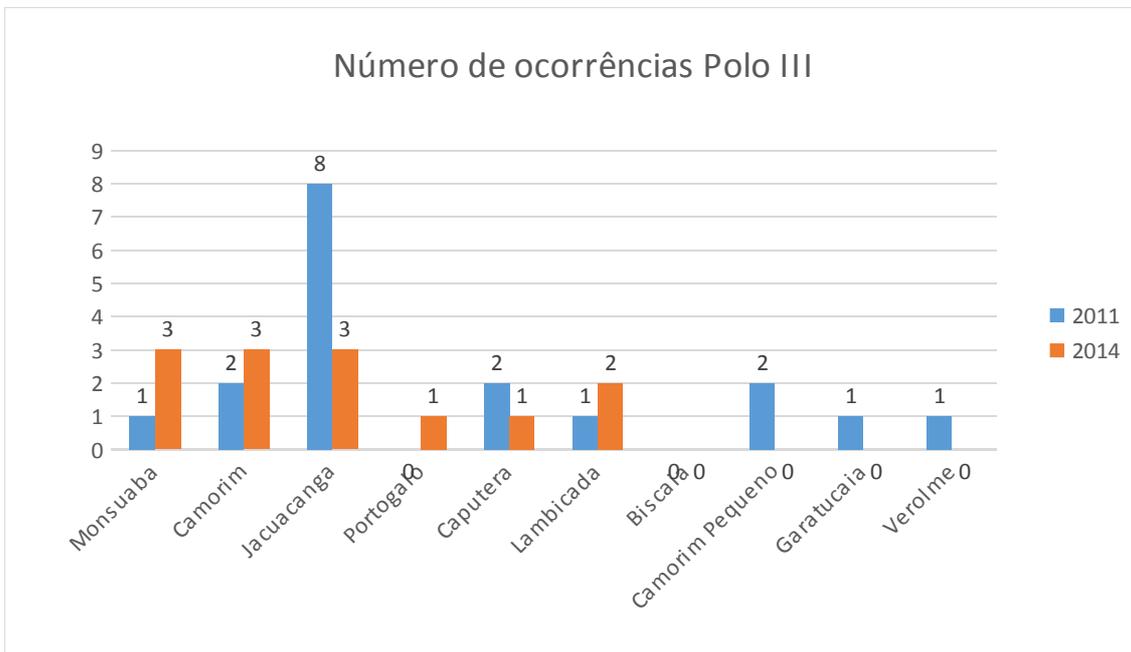
Cor/Raça dos envolvidos nos casos relatados- 2014
(heteroclassificação de acordo com as categorias utilizadas pelo Movimento Negro)



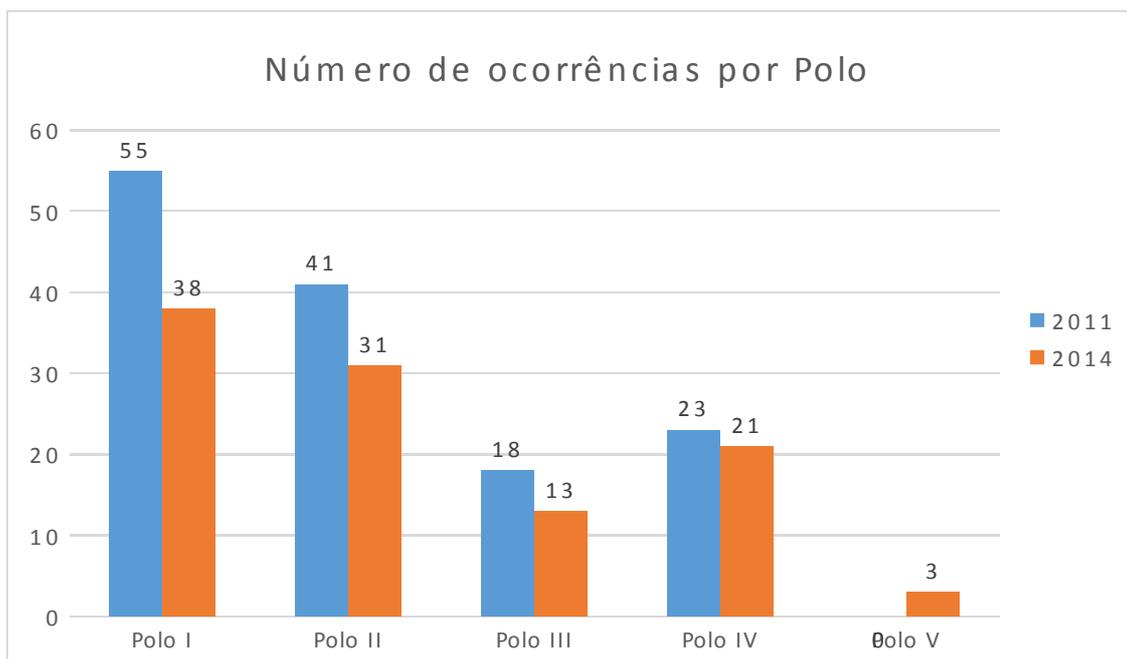


A seguir, os gráficos mostram o quantitativo de ocorrências e os respectivos bairros. Optamos, aqui, por trabalhar com a denominação: polos visto que tal nomenclatura, como explicado anteriormente, demarca a classificação utilizada pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia/ SECT - Angra, no mapeamento que a mesma faz das escolas públicas da Região. Com isso, deixaremos, desde já, um fio solto para uma posterior continuidade num enredamento que faremos, com estes dados, no desdobramento desta pesquisa. A ideia é mergulhar nas trajetórias escolares, e na relação escola-favela daqueles que, aqui, são as vítimas e/ou algozes nas ocorrências em análise.





O último gráfico apresenta o quantitativo total de ocorrências em cada Polo nos anos de 2011 e 2014. O Pólo V agrega as escolas localizadas nas ilhas, os três casos registrados no ano de 2014 ocorreram no Abraão, praia da Ilha Grande.



BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS “INCONCLUSAS”

Como já citado anteriormente, este artigo não pretende esgotar a pesquisa ainda em curso, mas levantar algumas hipóteses que serão posteriormente aprofundadas acerca da repercussão das relações-impactos das violências cotidianas na escolarização das classes populares em Angra dos Reis.

No entanto, é evidente a persistência histórica do racismo ao constatarmos que os sujeitos ativos, aqueles que cometem os delitos, bem como os passivos, aqueles que os sofrem, são majoritariamente negros. Os números locais confirmam a vulnerabilidade dos coletivos negros, que vem sendo constantemente denunciada nacionalmente. Daí precisamos interrogar se as políticas públicas priorizam essa questão como referência a fim de reparar essa disparidade e, dentre elas, as voltadas para a Educação, especialmente considerando que, há mais de dez anos, foi promulgada a Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares.

Se o racismo opera uma hierarquização com base na falsa crença de que existem raças geneticamente diferenciadas e que, nesse caso, negros e negras seriam inferiores intelectual e psicologicamente, é possível que a vulnerabilidade dos coletivos negros seja reproduzida também nas trajetórias escolares.

A partir da experiência empírico-pedagógica (de um/a dos autores/as que assinam este trabalho), com as escolas da rede pública em Angra dos Reis, é possível afirmar que, assim como nos jornais analisados, pulula nas escolas a linguagem/jargão policialesca que, desde cedo, que rotula muitos dos estudantes, corroborando, de certa forma, a criminalização das classes populares e, obviamente, repercutindo nas suas trajetórias. Ou seja:

Assim, fica claro que o que se tem é uma injustiça tanto social quanto cognitiva, na medida em que se quer atribuir ao estudante o seu fracasso escolar, sem levar em conta que a capacidade de aprender conteúdos, conceitos, etc, está diretamente ligada à oportunidade de estar inserido num meio que seja farto daquilo que é exigido pela escola. Exige-se que os estudantes pensem, compreendam a partir de um tipo de racionalidade imposta pela escola, sem considerar as ferramentas ou os instrumentos conceituais que eles trazem, que são frutos das suas interações e experiências no meio onde habitam, e que envolvem discursos de classes, ideologias, conceitos, conteúdos, formalidades e informalidades para a execução de tarefas, além de violências cotidianas de policiais/milícias/traficantes. Pior que isso, encontra-se uma clara transferência de discursos criminalizadores bastante comuns no universo do Direito Penal que surgem nos discursos pedagógicos usados como justificativas do fracasso escolar (SILVA, 2015^a, p.12).

Se está clara a predominância de homens negros nas ocorrências, também podemos afirmar que os mesmos são adolescentes, em sua maioria jovens, que têm sido continuamente exterminados e que, na faixa etária preeminente (19 a 25 anos), já são pais. A experiência nas escolas municipais em territórios de maior vulnerabilidade nos mostra que um número considerável de famílias possui um ou mais membros detidos no sistema penitenciário, levando à assunção das mulheres como chefes de família. São elas que acumulam as tarefas de provedoras financeiras, administradoras da casa, cuidadoras dos filhos e lidam com as demandas financeiras e sociais decorrentes da prisão ou morte de seus companheiros ou filhos. Dessa forma, nos

perguntamos o que pode ser cobrado pela escola em relação ao papel da família na aprendizagem dos estudantes e se, nesse caso, estamos lidando com uma concepção engessada de família burguesa ou com uma pluralidade de configurações que precisa ser compreendida em sua complexidade.

Ainda pensando nas repercussões das violências abordadas na escolarização das classes populares, voltamos a atenção para as ocorrências do Polo II, mais especificamente nos bairros Sapinhatuba e Morro da Glória, onde observamos um aumento considerável dos números em 2014. A partir de observação (visceral), afirmamos que em 2014 e 2015 ocorreram tiroteios à luz do dia e intervenções policiais nesses territórios, inclusive com a presença do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Isso ocasionou a suspensão das aulas diversas vezes e a migração de estudantes que recorrem à transferência para outras escolas consideradas mais seguras.

Esse contexto, que obviamente é conhecido pelo poder público e especificamente pela SECT afeta o cotidiano das escolas e atravessa os trabalhos desenvolvidos pelas professoras alfabetizadoras. Porém, identificamos uma omissão por parte das propostas oficiais que, nos últimos anos (governos e coligações partidárias anteriores) e atualmente (governo atual e suas coligações), não consideram na alfabetização das classes populares os seus contextos como um opção prioritária de conteúdo/currículo para leitura-escrita de mundo. Em relação a esse aspecto, não há mudança com a substituição de um governo de direita por um de esquerda já que os estudantes reais, não aqueles dos discursos demagógicos da Prova Brasil que afirmam que os sujeitos aprendem as mesmas coisas e ao mesmo tempo, mas aqueles estudantes de fato, que estão todos os dias forjando-se no cotidiano das escolas públicas populares. Estes estudantes continuam não sendo o ponto de partida, tampouco a referência, nos projetos oficiais propostos, em especial naqueles incluídos quando nos referindo ao Pacto pela Alfabetização, programa do Governo Federal.

Diante do que tem sido cotidianamente apresentado pelas mídias e também do que se tem vivenciado nos bairros populares e em muitas das escolas locais, não podemos negar que há uma evidente relação entre as instalações de UPPs em algumas

favelas do Rio de Janeiro e os “novos” indicativos dos tipos de violência em Angra dos Reis, como pudemos constatar. Pelo que foi possível captar, há uma factível possibilidade de transferência de poder do tráfico carioca, seja ele bélico ou até mesmo de estrutura organizativa, para as adjacências da grande metrópole. Isso supõe que o advento das UPPs no Rio de Janeiro é, certamente, de conhecimento da SECT/Angra, pois as pistas são notórias. Admitimos que tais mudanças recrudesceram o seu impacto, coincidentemente, com o início do novo governo, a partir de 2013. No entanto, a questão central que emerge, ainda que em caráter de expectativas, quando se tem uma mudança significativa de ideologias de governo-governabilidade é: “O que é possível de acontecer com a substituição de um governo de “direita” por um de “esquerda”, mesmo considerando a conjuntura complexa exposta?”

Pelo que pudemos constatar em pesquisa já publicada, o governo anterior assumiu claramente o direcionamento autoritário do aspecto técnico da alfabetização, ignorando os demais aspectos apontados acima, oriundos, por exemplo, da diversidade cultural das classes populares angrense e mesmo da riqueza epistemológica que há anos vem sendo produzida no cotidiano das escolas públicas do município, pelas professoras-pesquisadoras da própria Rede. A opção da gestão anterior foi a de fazer uma intervenção fiscalizadora bem dirigida às práticas alfabetizadoras gestadas no cotidiano escolar.

Já o atual governo não faz opções de intervenção direta no cotidiano escolar, pelo menos de forma explícita. Ou seja, no discurso não assumem de forma direta as intervenções que de fato fazem. Não é preciso aprofundar a leitura dos documentos para perceber logo que há uma intervenção “indireta”, mas que impacta diretamente nas ações das professoras, que é a adesão da atual gestão ao Pacto pela Alfabetização do Governo Federal. Vide o que diz o documento **Dialogando sobre Alfabetização**⁵⁹, produzido pelos coordenadores de Anos Iniciais da SECT, cujo conteúdo trata do estudo e avaliação de um ano de trabalho e da concepção de alfabetização adotada pela atual gestão, tendo sido apresentado e difundido entre os pedagogos:

59 O referido documento não foi publicado, mas foi socializado e discutido internamente na SECT e, posteriormente, divulgado entre os pedagogos da rede.

Nosso governo aderiu ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) do governo federal que traz uma proposta buscando assegurar que as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano de escolaridade. O eixo principal dessa proposta é a formação continuada do professor alfabetizador, com contínua reflexão e troca de experiências.

O PNAIC institui o compromisso das esferas de governo participantes em alfabetizar as crianças durante a duração do ciclo de alfabetização, ou seja, até os oito anos de idade. Para tal, são desenvolvidas ações com foco na formação das professoras alfabetizadoras, subsidiadas pelos materiais e referenciais curriculares adotados pelo Ministério da Educação (MEC). Aqui abrimos uma questão importante, por sua natureza nacional: as diretrizes e subsídios do PNAIC são as mesmas para todo o território brasileiro. O fato em si não constitui nenhuma novidade, conhecedores que já somos da Prova Brasil aplicadas para o 5º e 9º de escolaridade, da Provinha Brasil aplicada para o 2º ano e da mais nova integrante da família de instrumentos de avaliação em larga escala, a ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), com foco nos estudantes do 3º ano de escolarização. Todos esses instrumentos constituem um programa extremamente prescritivo, que ignora a diversidade em todos os seus sentidos e penaliza as classes populares com a estigmatização e o ranqueamento inevitável entre as escolas e entre os sistemas de ensino. Além disso, cria demandas para as escolas impondo os descritores desses instrumentos de avaliação como grade curricular e pressionando as professoras alfabetizadoras a adotarem as orientações do programa.

A adesão aos programas do MEC começou no governo anterior, especificamente o PNAIC já havia sido acordado, mas percebemos obviamente, que o governo atual, principalmente por pertencer à mesma legenda que o governo federal, mantém a mesma orientação. Entretanto, anteriormente houve a criação de um programa municipal, o já citado Alfabetiza Angra. O programa foi adotado de forma autoritária como a proposta de alfabetização da rede municipal a ser implementado nas escolas por meio da intervenção no cotidiano das escolas pela equipe de coordenadores da Secretaria. Essa política foi adotada de forma clara com grande ênfase na dimensão técnica.

A equipe atual não prossegue com o programa Alfabetiza Angra nem se propõe a refletir com a rede sobre os impactos do mesmo, postura adotada de forma geral pelos governos que se sucedem, sempre promovendo um eterno recomeço. Ao fazermos essa observação, não defendemos o programa, mas criticamos a ação de ignorar as trajetórias percorridas instaurando a tradição de, a cada quatro anos, “inventar a roda”, quando sabemos que é preciso tempo e investimento para o amadurecimento de políticas públicas sérias. Além disso, a política de alfabetização da rede municipal de Angra dos Reis é direcionada pelo PNAIC, embora esse fato não seja assumido claramente, sendo mesmo negado em certos fóruns. Entendemos que ao não assumir o PNAIC oficialmente como a política norteadora da alfabetização na rede, a SECT evita embates com os setores mais críticos da comunidade escolar e com as universidades e não expõe a contradição de parte de seus coordenadores que defendiam, em um passado recente, princípios opostos aos adotados. Ou seja, não assumindo diretamente e não expondo as implicações dessa escolha, como ação norteadora da proposta de intervenção da gestão, cria-se uma “aura” de libertarismo, pois sabemos que muitos são os impactos e as implicações dessa assunção no cotidiano escolar e nas práticas alfabetizadoras.

O primeiro impacto, e de extrema relevância, está já na escolha das professoras que foram convidadas-convocadas pela SME a participar do Pacto em 2012, mediante a abertura de edital de seleção onde destacamos a remuneração como um dos principais atrativos. Foi oferecido um aumento de ganhos na renda das professoras de até R\$765,00, o que não é relativamente pouco, visto que possibilita uma mudança de projeto pessoal e de hábitos. Para se ter uma ideia, a divisão de ganhos foi assim estipulada, de acordo com a Portaria nº 90, de 06/02/2013 que estabelece o valor máximo das bolsas na época:

Professor Alfabetizador – R\$ 200,00

Orientador de Estudo – R\$ 765,00

Coordenador das Ações - R\$ 765,00

Formador da Instituição de Ensino Superior – R\$ 1.100,00

Supervisor da Instituição de Ensino Superior – R\$ 1.200,00

Coordenador-adjunto da Instituição de Ensino Superior – R\$ 1.400,00

Coordenador geral da Instituição de Ensino Superior – R\$ 2.000,00

Percebemos claramente a hierarquia dos ganhos reforçando a subalternidade das professoras alfabetizadoras e sua dependência dos especialistas, além da falsa dicotomia entre prática e teoria. Isso gera uma forte hierarquia dentro da rede, quicá da própria escola, reforçando a concepção histórica de que quem deve ganhar menos é a professora alfabetizadora, o que está diretamente ligada ao “sucesso” da alfabetização, pois é ela quem lida diretamente com os estudantes.

Ao mesmo tempo, estamos sempre considerando que os cotidianos das escolas são complexos e dialogam de formas diferenciadas com as propostas oficiais, pois os coletivos ressignificam o tempo todo as políticas que os atingem. É claro que a oferta de um material com maior ênfase nos aspectos técnicos (presente no Alfabetiza Angra e PNAIC) também encontra alguma repercussão entre o corpo docente, pois alivia momentaneamente a angústia vivida nas salas de aula e orienta o fazer, alimentando nossa preferência pelas respostas imediatas, em detrimento do constante e inquietante processo de estudo e reflexão.

Além disso, o documento aponta claramente o outro pilar de sustentação da opção de intervenção feita pela atual gestão, ao criticar os tipos de intervenções “inadequadas” nos quais

O que prevalecia era uma concepção de alfabetização traduzida como **codificação e decodificação**, com características próprias: **exigência da prontidão**, desenvolvida na Educação Infantil ou nos primeiros meses da primeira série do Ensino Fundamental de oito anos, compreendendo-se as habilidades perceptivas e motoras como pressuposto para o início do trabalho com a linguagem escrita; partia-se **do mais fácil para o mais difícil**, sendo a memorização de letras, fonemas e sílabas um pré-requisito para uma posterior aprendizagem de palavras, frases e textos, enfatizando-se o trabalho com **textos artificiais**, acartilhados, não tendo lugar textos com os quais as crianças conviviam fora da escola; o trabalho era direcionado para “**turmas homogêneas**”, com uma forte crença de que todos aprendiam do mesmo jeito, o que justificava, por exemplo, o estabelecimento linear revelado pelos textos e atividades das

cartilhas (Idem).

Ou seja, o documento aponta para um segundo pilar de sustentação da sua proposta. Considera a eficaz formação continuada das professoras uma opção de pouquíssimo investimento, isto é, uma opção por um barateamento dos gastos-custos com a sua formação, estabelecendo uma parceria com o FALE (Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita), no qual especialistas “convidam” as professoras a falarem sobre suas práticas.

Parece-nos que tal “uso” do FALE estabelece uma contradição com o que o próprio FALE propõe. Precisamos considerar que originariamente o referido Fórum é um espaço político importante de discussão sobre a questão da alfabetização. No entanto, em Angra dos Reis, ele foi ressignificado e com isso perde esse caráter de movimento, sendo tomado como um projeto metodológico/institucional de formação da SECT/Angra, apropriando-se esta do prestígio construído em sua trajetória. Inclusive porque da forma como vem sendo organizado, mesmo com as apresentações de trabalho feitas pelas professoras, é o especialista que o sistematiza, dando a palavra final, embora sempre com a referência ao diálogo, nesse sentido, como um clichê pedagógico. Ressaltamos que o FALE, como um dispositivo, pode ser uma experiência positiva para a rede. O que questionamos é que o mesmo seja utilizado como “A política” de alfabetização da rede. Sublinhamos que nossa intenção não é questionar o FALE em suas origens e seus encontros na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), uma vez que nem teríamos elementos para tal. Nossa intenção é problematizar a apropriação política nas edições que foram realizadas no município de Angra dos Reis.

O terceiro pilar sobre o qual se edifica a atual política de alfabetização da rede municipal é o acompanhamento nas escolas realizado pelos coordenadores. Consideramos os espaços/tempos das escolas como essencialmente formadores, pois são nas unidades escolares que os coletivos mobilizam suas redes para o enfrentamento das situações cotidianas. As políticas oficiais constituem essas redes, mas elas também estão imbricadas por outros espaços de formação e vivências. Por isso acreditamos no investimento nas escolas, mais que nos grandes momentos

reservados para formação, que se caracterizam mais como eventos pontuais que como “combustível” para as práticas. São nesses espaços/tempos que os coordenadores se veem questionados, por exemplo, sobre a relação entre o PNAIC e o FALE, sobre a contradição entre o discurso que afirma apoiar a diversidade em relação aos procedimentos de avaliação e as ações que se recusam a dialogar com essa diversidade. Além disso, esses agentes precisam responder constantemente, nas unidades escolares, pela precarização da estrutura física das escolas, abandonadas na última década, e pela implementação da carga horária de 1/3 de coordenação pedagógica para os docentes.

PARA NÃO CONCLUIR...

Assim, não em caráter de conclusão ou de definitividade do debate, mas fazendo uma pausa para que, no interregno que seguirá, possamos aprofundar ainda mais a pesquisa, é possível afirmar que os Princípios Basilares da LDB, de Justiça Social e Educação/Alfabetização de Qualidade para Todos, em Angra dos Reis, ainda estão longe de se concretizar. O que abordamos até o momento pode evidenciar aspectos importantes que dizem respeito ao processo histórico de segregação e criminalização das classes populares. Constatamos também que não só estamos de fato longe de alcançar os Princípios Fundamentais da LDB, mas, numa sociedade na qual o sentido da cidadania baseia-se no apelo constante ao consumo desenfreado, as poucas alternativas disponíveis para uma inclusão desses grupos historicamente subalternizados no jogo do “*ter para se sentir incluído*” podem responder ao ingresso de muitos na alternativa da criminalidade.

Seria ingênuo supor que em um território tão segregado, com ilhas e condomínios particulares para que os milionários pousem com seus helicópteros ou passeiem em suas lanchas, ostentando de forma provocativa as suas posses, enquanto a maioria da população padece sem poder contar com serviços públicos básicos, não acendesse nestes últimos a gana por outras alternativas de status, poder e ganhos.

Ainda assim, precisamos ressaltar, é claro, que a maioria da população empobrecida continua trabalhando, estudando e vivendo de forma honesta seu cotidiano, até porque, se não fosse assim, a turbulência seria em tal grau que os helicópteros não voariam tranquilos pelo “céu de brigadeiro angrense”.

Mesmo que muitas vezes sejam estigmatizadas como classes perigosas, as classes populares lutam, resistem para manter/manter-se na cidade, fazendo bricolagem das “armas” que sobram, ou escapam (como, por exemplo, a escrita convencional que se transforma em potência de escrita “marginal”), criando outras “armas” novas, criativas e, o mais importante de tudo (talvez por isso muito temido e combatido), desconhecidas da lógica esquadrinhada e mesquinha dos poderosos. Quem sabe não é por isso que, historicamente, os governos propõem para os mais pobres: mais polícia e menos políticas.

REFERÊNCIAS

BURGOS, M. B. (1998). Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, A. e Alvito, M. (org). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV.

LEEDS, A. e LEEDS, E. (1978). **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar.

LEITE, M. P. (2001) **Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca**. RJ: PPGSA/IFCS/UFRJ (tese de doutorado em Sociologia).

MACHADO DA SILVA, L. A. (2010). *Afinal, qual é a das UPPs?* In: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br; Revista online, Março, p.1-7.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil. In: RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase.

MARTINS, J. S. (2015). **Linchamentos: justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto.

QUIJANO, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez.

RIBEIRO, A. C; LOURENÇO, A; CARVALHO, L. M. (2011). **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método**. (Disponível na página do LASTRO-UFRJ).

SILVA, R. T. (2015 a). Os impactos sociais da lógica criminalizadora na escolarização das classes populares. **Revista de Direito da Cidade** – UERJ -vol.07, nº 03. ISSN 2317-7721/DOI: 10.12957/rdc.2015.18843.

_____ (2015 b). Direito penal e escolarização das classes populares: rebatimentos da lógica criminalizadora. **RevistAleph** – ISSN 1807-6211 Dezembro, Ano XII – Número 24.

VENTURA, Z. (1994). **Cidade partida**. SP: Companhia das Letras.

RECEBIDO EM: AGOSTO/2016
APROVADO EM: NOVEMBRO/2016

ANGÚSTIA, QUEIXA E DESEJO: O MAL-ESTAR DOCENTE

Maria Lúcia A. Fortuna⁶⁰

RESUMO

O trabalho visa analisar as práticas docentes numa abordagem que articula a matriz da psicanálise, a partir da posição de Freud, com a educação, focando, na observação dessas práticas, o lugar em que a angústia se produz no cotidiano das relações escolares. Nesta direção será priorizado o estudo do mal-estar docente que se constitui no dia a dia de sua prática, pesquisando as problemáticas dos profissionais na área da educação, com ênfase naquilo que declaram como fonte de sua principal queixa. A intenção não é achar uma solução definitiva, sendo esta uma pretensão impossível, dado o fato de que o mal-estar é estrutural, mas convocar tais profissionais para uma reflexão indagativa sobre o conteúdo presente no seu próprio discurso a respeito do mal-estar em questão.

Palavras-chave: Relações escolares, mal estar docente, desejo de docência

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo analizar las prácticas de enseñanza en un enfoque que articula la matriz psicoanálisis, desde la posición de Freud, a la educación, centrándose en la observación de estas prácticas, el lugar donde se produce la angustia en las relaciones diarias de la escuela. En este sentido vamos a ser priorizado el estudio de malestar docente que es el día de su práctica, la investigación de los problemas de los profesionales en el campo de la educación, con énfasis en qué estado como fuente de su queja principal. La intención no es encontrar una solución permanente, que es una demanda imposible, dado el hecho de que el malestar es estructural, sino llamar a estos profesionales a una reflexión curiosa sobre el presente contenido en su propio discurso sobre el malestar en cuestión.

Palabras clave: Relaciones escolares, malestar docente, deseo a la enseñanza

⁶⁰Professora Adjunta aposentada da FEUFF e Professora Associada da FFP da UERJ. Email: maludeaf@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo analisar as práticas docentes numa abordagem que busca articular a matriz da psicanálise, a partir da posição de Freud, com a educação, focando, na observação dessas práticas, o lugar em que a angústia se produz no cotidiano das relações escolares.

Nesta direção, portanto, será priorizado o estudo do mal-estar docente que se constitui no dia a dia de sua prática, pesquisando as problemáticas dos profissionais na área da educação, com ênfase naquilo que declaram como fonte de sua principal queixa. A intenção não é achar uma solução definitiva, sendo esta uma pretensão impossível, dado o fato de que o mal-estar é estrutural, mas convocar tais profissionais para uma reflexão indagativa sobre o conteúdo presente no seu próprio discurso a respeito do mal-estar em questão.

Segundo Freud (1937), analisar, educar e governar são atividades de cunho utópico, para aqueles que acreditam serem elas tarefas que visam à completude. Uma vez que tais tarefas supõem diferentes modos de contornar o impossível, atuar na área da educação, principalmente no campo da formação dos docentes, requer permanente estudo e pesquisa, dada a complexidade que esta prática contém. Assim sendo, este trabalho visa analisar tal complexidade para melhor compreendê-la, apostando que a psicanálise pode, no seu entrecruzamento com a educação, oferecer uma contribuição a mais para a atuação docente e para a sua formação.

A investigação vem ocorrendo pela frequência, no período de seis anos, na sala dos professores, na sala de aula, nas reuniões e nos eventos em duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual, situadas no município de São Gonçalo/RJ. Os depoimentos foram acolhidos através da escuta das falas desses educadores, posteriormente pensadas pelo viés da psicanálise a partir da posição freudiana.

Para Freud, as crianças, com seus porquês, merecem receber respostas, de acordo com os seus interesses e as suas curiosidades sexuais ou não, à medida que se manifestam. Esta formulação não deixa de trazer impasses para o que chamamos educação sexual. Como se daria essa educação? Não poderia ela despertar, precocemente, desejos que somente aflorariam na adolescência? De acordo com Freud, essa questão da antecipação estaria equivocada. Lemos isso quando ele próprio,

em 1905, formulou e apresentou o texto *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, em especial no capítulo sobre “A sexualidade infantil”. Segundo ele, as crianças costumam tecer suas próprias explicações a respeito de como nascem os bebês, e essas explicações dependem do momento significativo de sua organização sexual. Dessa maneira, já naquele tempo, para ele, o erro dos educadores e dos pais repousaria em uma ignorância teórica, só solucionável na medida em que pudesse admitir o valor desse erro, desse engano, o que exigiria que admitissem, também, a existência da sexualidade infantil.

Foi nesta direção que Freud, inicialmente, assumiu uma posição crítica em relação à educação, considerando-a moralista e responsabilizando-a pela inibição da curiosidade e do desejo de conhecer, que se produz pela energia libidinal. Chegou mesmo a considerar tal posição como causa da neurose, recomendando que se adotasse uma postura menos autoritária frente a isso. Ele entendia que a educação direcionada é fundamental; no entanto, não precisava ser excessiva, nem no sentido *laissez-faire*, nem no feroz corretivo.

Assim, quando Freud considera que a tarefa de educar é impossível, parece estar se referindo ao que acontece com todos, também com os pais e os docentes, por não haver quem não tenha vivido o processo repressivo, que ocorre pela entrada na linguagem, na sua função simbólica. Daí, por meio do viés do esquecimento, nos deparamos com amnésia infantil, que também abafa e mantém, sob repressão, a sexualidade infantil.

Desta forma, pode-se suspeitar que Freud estivesse até relativizando o papel dos pais e dos professores como possíveis mediadores para o esclarecimento da sexualidade. Será, então, que ele encontra nos educadores condições para tal empreendimento? No entanto, como conseguir isso, se os educadores já esqueceram a sua própria sexualidade infantil? Tratar-se-ia de fazê-los lembrar? Não, no sentido do ocorrido no passado, mas de lembrar pela leitura do retorno do recalcado. Essa leitura não é da ordem da memória histórico-social, mas está referida à memória em ato, leitura própria do campo da psicanálise.

Mas, como a análise não pertence ao campo da recomendação, mas da

experiência do sujeito, por depender que haja demanda, não me parece razoável indicá-la como um requisito para a formação docente. Assim, no campo da educação, qual a possibilidade de os educadores entenderem, nunca por completo, o que as crianças compreendem do mundo real? Como apurar a escuta docente para esta peculiaridade que, com certeza, surgirá no cotidiano das relações escolares?

Freud, indagado sobre o desejo de saber, se mostra interessado em descobrir os porquês de as crianças questionarem tanto, principalmente de onde vêm os bebês, como eles aparecem na barriga da mãe. Pela escuta que faz em sua clínica, ele supõe estarem essas perguntas ligadas a dois porquês significativos, que surgem na infância e persistem no sujeito adulto: por que nascemos e por que morremos. Ou seja: de onde viemos e para onde vamos.

Dessas indagações, sempre insuficientemente respondidas, Freud descobre que no sujeito humano, por estrutura, sempre estará presente, de forma difusa e inconsciente, algo que lhe falta, uma incompletude estrutural. Esta, dialeticamente, tanto lhe servirá como motor de uma busca permanente, possibilitando-lhe construir seu projeto de vida, quanto lhe será fonte de receio de perder algo que possui, como a fantasia ilusória de que poderá obter completude para a falta.

Para ele, esta é a situação da neurose, constitutiva no sujeito humano, na sua relação com o que denominou “**angústia de castração**”. Dando prosseguimento às suas descobertas e formulações, chega ao que chamou de **complexo de Édipo**, que funciona como um período no qual meninos e meninas se deparam com sentimentos ambivalentes de amor e hostilidade em relação aos seus progenitores. Tais sentimentos são resultantes de fantasias incestuosas inconscientes, que acabam sendo apaziguadas pelos processos identificatórios, possibilitando ou não o caminho através do qual uma menina se “define” como mulher e o menino como homem.

Podemos, por esta lógica, supor que, para Freud, tal percurso demonstra o interesse do sujeito em conhecer e buscar respostas. Desse modo, a educação passa a ser atrativa no tocante ao aprendizado e ao desejo de saber. Parece que Freud se mostra interessado em desvendar o grande universo infantil, especulando alguns determinantes como possíveis respostas para descobrir o que leva as crianças a

questionarem e assim quererem aprender, o que importa para o campo da educação. Pode-se afirmar com Freud que não se aprende sozinho e que para isso precisa-se do outro, o que nos remete a um lugar terceiro, simbólico, referente à linguagem, denominado por Lacan como grande Outro. Assim, importa saber que a educação não existe fora da dimensão civilizatória, podendo entrar como uma prática a ser discutida diante do “mal-estar” que a própria civilização produz.

Nesta perspectiva será sempre o Outro que estará em causa. Para Lacan (2005), qualquer pergunta a respeito do desejo só encontra articulação em relação a este lugar terceiro: “o que quer ele de mim”? Nesse sentido, penso que a pergunta subjaz presente para cada um na civilização, pensada como produtora e produto das relações intersubjetivas. Ela é estruturante da angústia que, para Lacan, faz dobradiça com o que se chama fantasia, por manter uma relação essencial da angústia no “eu” do sujeito, com o desejo do Outro. Assim, “o que o sujeito pode suportar de angústia o põe à prova a todo instante” (Lacan, *Sem. 10*, p. 13).

Seguindo a lógica de Lacan, em paralelo ao que diz sobre os analistas, quando o professor inicia sua prática, bem como durante todo o seu percurso na docência, não é impossível que, por mais que apresente uma ótima disposição para ser um bom docente, ele sinta, desde a primeira aula com seus alunos em sala, certa angústia, advinda, por sua vez, das expectativas mútuas, em relação ao desejo interrogado a partir desse lugar do Outro. Neste sentido, a angústia é inerente à sua prática, quando há desejo de docência. Nessa dialética deve-se contar que tal expectativa se instala no eu e no seu correlato, o outro, em referência ao que se espera ali onde se está convocado a responder desde seu lugar na prática docente. Assim, como nos diz Lacan, tais expectativas indicam posições que se sustentam pela “relação da angústia com o desejo do Outro” (p. 14).

Essa angústia, que o professor, muitas vezes, não sabe que tampona tão bem em si mesmo, seja se assegurando no conteúdo, seja nas medidas disciplinares, a ponto de elas o guiarem no controle de sua prática, será a mesma de seu aluno, que, muitas vezes, vai à aula, com diversas sintomáticas, protegendo-se da angústia que a questão “o que será que quer o Outro de mim” produz.

A professora da 4ª série, 5º ano, lotada na escola municipal declara de forma categórica: “Estou aqui para dar a matéria. Problemas todo mundo tem. Se a nota não deu para passar, então não deu e pronto”.

No entanto, por mais que esta docente tampone e/ou dissimule, seguindo para a turma com a certeza de que sua função é transmitir de forma racionalizada e crítica o conhecimento historicamente acumulado e produzir novos saberes pela permanente indagação destes, ou seja, ensinar, função de indiscutível valor civilizatório, também ela, embora inconscientemente, se protege da mesma pergunta: “o que querem eles de mim?” Como responder aí, onde o que sabe o “eu” é se proteger em blindagens narcísicas daquilo que não sabe e, por isso, se angustia?

A professora de matemática da 5ª série, 6º ano, da mesma escola, acredita “serem hoje os professores vítimas de um processo perverso: falta de recursos, desvalorização, entre outros”. E acrescenta que, por outro lado, “o que se presencia nesse contexto é que a culpa, melhor, a responsabilidade, é sempre do outro e nunca de si mesmo”. Diz ainda “que o professor na condição de vítima reforça o papel da criança fracassada”.

Essa professora critica claramente o sistema como perverso, mas também alerta que o professor, ao se vitimar, corre o risco de se proteger do que seria mais importante ele se perguntar, ou seja, qual a parte que lhe cabe nessa problemática. Para Lacan esta constatação, que deixa fora uma interrogação do professor a respeito da parte que lhe cabe, só pode ser abordada pelo entrecruzamento de duas vias: a relação com o desejo e a identificação narcísica (p.15).

Será no jogo dialético, no qual tais vias se atam e desatam, que veremos se introduzir a função da angústia. Para Lacan, tal relação dialética não será o seu móbil, mas o que permite nos orientarmos em função dos momentos de seu aparecimento. Segundo ele, a relação do sujeito com o significante é a chave que a posição freudiana introduz sobre a subjetividade com a questão “que queres?” Ou melhor: “o que quer o Outro de mim”? Tal pergunta faz emergir tanto o lugar da angústia quanto a função do desejo. Há muitas maneiras de se tratar a angústia. Se abordada pela via da expectativa que se instala no “eu” a respeito do “outro”, pode-se perguntar: quem e o que se

poupa na dialética desta relação? Lacan, sobre tal expectativa, interroga: será que ela, por sua própria natureza, é um movimento que suscita angústia? Responde que, em princípio, não. Isso estará na dependência da distância em que o “eu” se coloca em relação ao interlocutor, o “outro”, e a si próprio, o “eu”. Ou seja, conforme dito anteriormente, como a relação do “eu” com o “outro” e do sujeito com o Outro se ata e se desata na “identificação narcísica”.

Assim, a captura narcísica é a armadilha na qual o sujeito está aprisionado em sua busca do objeto do desejo, que, se não é atravessada, permanecerá, continuamente, reinvestindo nesta captura. Se o atravessamento é possível, a rachadura que daí resulta na imagem especular vem a ser o que se chama castração: o sujeito se depara com essa fratura íntima, por algo ter se rompido onde estava preso em sua própria imagem especular. Os impedimentos, os embaraços, as inibições e os sintomas que produz são as vias que o levam a interrogar o entrecruzamento entre o desejo e a identificação narcísica.

A angústia é um afeto, e, como o afeto não é recalado, ficando à deriva, pode ser encontrado deslocado, enlouquecido, invertido e/ou metabolizado. Portanto, o que fica recalado são os significantes que se amarram a este afeto e permitem a interpretação.

Neste sentido, penso que o volume de queixas, expressas pelos docentes em seus discursos explicativos sobre suas frustrações a cerca de sua prática e das relações escolares que dela resultam, serve para protegê-los do afeto da angústia, tamponando-a numa identificação narcísica que desliza para a vitimação. Nesta posição terminam por deslocar as perguntas que lhes cabem formular a respeito de sua prática para uma frustração em relação à qual acusam o outro, sempre super e/ou subdimensionado (alunos, colegas, família, direção, governo etc.). Isso aponta para as dificuldades no lugar da rachadura na imagem especular, que tem como consequência a manifestação da “loucura” narcísica, fazendo impedimento para a possível apresentação de um desejo de docência que, assim, se torna inviabilizado, castrado e negado. Neste caso ficam mais posicionados para o “eu” do narcisismo do que para o sujeito que pode interrogar o desejo.

A professora de Língua Portuguesa da 8ª série, 9º ano, da escola pública estadual, dá o seguinte depoimento:

me sinto derrotada na sala pelo celular e pelas tecnologias em si. Mas isso aí é um problema social mesmo. Semana passada comecei a introduzir o conteúdo de figuras de linguagens, e eles mexendo no celular o tempo todo. Falei: então, tá legal! Vamos pesquisar aí, já que a maioria tá com celular, figuras de linguagem. Eu podia contar a dedo: só dois ou três sem. Aí eles, naquela hora que eu propus isso: ah! Professora! Não vou gastar os meus créditos com isso, não. Meus créditos são para serem usados no facebook e no WhatsApp. Ainda falei: O quê?! Conclusão, ninguém, ninguém quis pesquisar, e ninguém pesquisou, ninguém pesquisou... E tem mais: você sabe que quando a gente chama os responsáveis pra conversar, pra fazer algum tipo de comentário, pedir ajuda, porque a família tinha que fazer a parte dela, eles também ficam com o celular na mão e usam o celular enquanto você tá falando... Outro dia teve um responsável assim, eu falando, e ela disse: pera aí! Não sei com quem ela tava falando, aí eu parei e pensei: ai meu Deus, agora tá explicado... Ou seja, tá difícil! Existe a lei no estado que você pode tomar o celular, mas eu não tomo. Porque eu já tive problemas com responsável, porque tomei. É ordem da escola, mas não tomo mais. Tive muito problema... de dizer pra mim que eu tinha escangalhado o celular do filho e não tive nenhum respaldo de ninguém, nem da direção, nem do estado, pelo contrário, só me aborreci.

Acontece que a prática docente se faz pelos desafios que esta mesma prática coloca no cotidiano do seu exercício, desde que se possa pensá-la de forma indagativa, como fonte de construção permanente desta própria prática. Neste sentido a formação docente não se encerra no curso de formação de professores. Ela segue paralela ao exercício da docência. No caso, poder perguntar o que tenho a ver com o que me queixo, qual a parte que me cabe nisto mesmo que me frustra, pode ser a chance de retomar, cotidianamente, o desejo de docência, na relatividade de sua realização, ou seja, no campo do possível e não do ideal narcísico.

REFERÊNCIAS:

FREUD, S. (1975). Análise terminal e interminável (1937). In: **Obras completas de Sigmund Freud** (vol. XXIII, p. 238-287) (J.O. de Abreu, trad.). Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1989). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: **Obras completas de Sigmund Freud** (vol. VII, p. 118-230) (Vera Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Imago.

_____ (1976). Inibições, sintomas e ansiedade (1926 [1925]). In: **Obras completas de Sigmund Freud** (vol. XX, p. 95-200) (C. M. Oiticica, trad.). Rio de Janeiro: Imago.

LACAN, J. (2005). **O seminário, livro 10: a angústia** (1963-1963). (Vera Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RECEBIDO EM: SETEMBRO/2016
APROVADO EM: NOVEMBRO/2016